

**FACULDADES INTEGRADAS
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADES DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS
DE PRESIDENTE PRUDENTE

**A ECONOMIA DE PRESIDENTE PRUDENTE EM PERSPECTIVA:
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E HUMANO RECENTE DA ECONOMIA LOCAL**

Andréia Inácio Caldeira Costa

Presidente Prudente/SP
2005

**FACULDADES INTEGRADAS
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E ADMINISTRATIVAS
DE PRESIDENTE PRUDENTE**

**A ECONOMIA DE PRESIDENTE PRUDENTE EM PERSPECTIVA:
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E HUMANO RECENTE DA ECONOMIA LOCAL**

Andréia Inácio Caldeira Costa

Monografia apresentada como
requisito parcial de Conclusão de
Curso para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Econômicas,
sob a orientação do Prof. Ms. Sandro
Bertolli

Presidente Prudente /SP
2005

**A ECONOMIA DE PRESIDENTE PRUDENTE EM PERSPECTIVA:
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E HUMANO RECENTE DA ECONOMIA LOCAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
aprovado como requisito parcial para
obtenção do Grau de Bacharel em
Ciências Econômicas.

Prof. Ms. Sandro Bertolli

Prof. Ms. Ana Cláudia Dundes

Prof. Ms. Everaldo Santos Melazzo

Presidente Prudente, 01 de dezembro de 2005.

DEDICATÓRIA

Dedico esta obra a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, me apoiaram e incentivaram para que conseguisse vencer mais essa etapa em minha vida. Prefiro dizer “todas” para não correr risco de esquecer de alguém, pois graças a Deus tenho muitos e bons amigos que me acompanharam nesta bela jornada. Dedico, principalmente, ao meu esposo Adalberto, meu filho Felipe e meus pais Antonio e Marina.

Dedico, também, a todos os professores que foram responsáveis por meu aprendizado no decorrer do curso, e principalmente, ao meu orientador Prof. Ms. Sandro Bertolli, por ter delineado o caminho que eu deveria seguir, sempre com tanta dedicação e profissionalismo.

“De tudo, ficaram três coisas:
A certeza de que estamos sempre recomeçando...
A certeza de que precisamos continuar...
A certeza de que seremos interrompidos antes de terminar...
Portanto, devemos fazer da interrupção um caminho novo...
Da queda, um passo de dança...
Do medo, uma escada...
Do sonho, uma ponte...
Da procura, um encontro...”

(Fernando Pessoa)

AGRADECIMENTOS

Durante todo o processo de pesquisa e elaboração deste trabalho, muitas pessoas me apoiaram e incentivaram, e neste momento nada mais justo do que agradecê-las.

Primeiramente, agradeço a DEUS, por estar presente nos momentos de dificuldades e dúvidas e por ter permitido a conclusão desta obra de maneira tão tranqüila.

Ao meu orientador Prof. Ms Sandro Bertolli, por sua colaboração, incentivo, motivação. Por estar sempre disposto a me orientar e, principalmente, por acreditar em minha capacidade para conclusão deste trabalho.

Ao corpo docente do curso de Ciências Econômicas pela transmissão de conhecimentos .

Aos amigos da “XVI e XVII Turma de Ciências Econômicas das Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo”, pela convivência no decorrer do curso. Em especial: à Fabiana Lima, à Marcela Gervasoni, ao Rodrigo Neves, à Cláudia Maísa Lins, à Thaís Ferreira. E, também para as amigas que ainda não concluíram o curso: Cláudia Henn e Luciana Moreno.

Agradeço a todos meus amigos, amigas e familiares que direta ou indiretamente colaboraram para a conclusão desta etapa. Agradeço pela compreensão em relação a minha “ausência”, que se fez necessária para que meu objetivo fosse atingido. Agradeço aqueles que souberam me entender e motivar através de palavras, experiências e reflexões. Especialmente, as minhas amigas: Cris, Damiana, Fátima, Mônica, Néia e Vânia.

Meu esposo Adalberto, meu filho Felipe, meu pai Antonio e minha mãe Marina foram os grandes responsáveis para que este objetivo fosse atingido, agradeço pela dedicação, compreensão, incentivo e principalmente por acreditarem em minha capacidade para vencer esta etapa.

RESUMO

Na elaboração da presente pesquisa buscou-se analisar o comportamento de alguns indicadores econômicos e humanos de Presidente Prudente. A partir de documentação bibliográfica e de base de dados de fonte secundária, verificou-se que, economicamente, utilizando-se os indicadores de Valor Adicionado como *proxy* da produção de riqueza, do Índice de Participação dos Municípios na Arrecadação do ICMS (IPM), do PIB e do PIB per capita, o município de Presidente Prudente apresenta uma situação recente relativamente delicada, com perda de dinamismo e retração da atividade produtiva, dificultando, assim, não só o seu desenvolvimento econômico, como também, o de sua microrregião geográfica. Porém, ao analisar-se o quesito desenvolvimento humano, utilizando-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU, Presidente Prudente ocupa posição de destaque tanto em nível nacional, como tanto na Unidade da Federação e principalmente na sua microrregião, situando-se aqui como município de desenvolvimento humano elevado. Dentro deste contexto, o município apresenta posições relativamente conflitantes, uma vez que economicamente apresenta um quadro preocupante e pela ótica do desenvolvimento humano apresenta situação confortável, levando ao posicionamento de que a condição estritamente econômica do município não condiz com sua condição relativa ao desenvolvimento humano.

PALAVRAS-CHAVE: Índice de desenvolvimento humano (IDH). Economia de Presidente Prudente. Desenvolvimento humano em Presidente Prudente.

ABSTRACT

This research analyzes the behavior of some economic and human pointers of Presidente Prudente. From bibliographical documentation and data-base of secondary source, it was verified that, economically, using the pointers of Added Value as proxy of the wealth production, of the Index of Participation of the Cities in the Collection of ICMS (IPM), of the GIP and of the per capita GIP, t Presidente Prudente presents a recent relatively delicate situation, with loss of dynamism and retraction of the productive activity, making it difficult, thus, not only its economic development, as also, of its geographic microregion. However, when analyzing itself the question of the human development, using the Human Development Index (HDI) by ONU, Presidente Prudente occupies prominence position in national level, in State level and mainly in its microregion, here as city of raised human development. Thus, the city presents relatively conflicting positions, a time that economically presents a preoccupying picture and for the optics of the human development it presents comfortable situation, leading to the positioning of its economic condition is not suitable from its relative condition to the human development.

KEYWORDS: Human Development Index (HDI). Economy in Presidente Prudente. Human development in Presidente Prudente.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Evolução dos indicadores parciais do IDH do Brasil: 1995-2005.....	26
---	----

TABELAS

TABELA 1 – Indicadores e parâmetros utilizados pelo PNUD na determinação dos índices parciais componentes do IDH.....	19
TABELA 2 – Indicadores de desenvolvimento humano do Brasil: IDH e indicadores parciais (1995-2005).....	25
TABELA 3 – Indicadores de desenvolvimento humano do Brasil: IDH e indicadores parciais (2004-2005).....	28
TABELA 4 – Evolução do IDH: países selecionados (1975-2002).....	29
TABELA 5 – Valor Adicionado: Estado de São Paulo, Microrregião de Presidente Prudente e Município de Presidente Prudente: 1994-2002 - em R\$.....	39
TABELA 6 – Índices de Participação dos Municípios na arrecadação de ICMS do Estado de São Paulo: Microrregião de Presidente Prudente e Município de Presidente Prudente: 1994-2002 (em índice relativo).....	40
TABELA 7 – Empregos ocupados no Município de Presidente Prudente por setor de atividade econômica ^(a) : 1995-2001 (em número de empregados).....	41
TABELA 8 – Valor da produção agropecuária do Município de Presidente Prudente, Região Administrativa de Presidente Prudente e Estado de São Paulo: 1995-2002 em R\$	42
TABELA 9 – PIB dos municípios que compõem a microrregião geográfica de Presidente Prudente: 1999-2002 (em R\$ ordem decrescente tendo como ano-base 2002).....	45
TABELA 10 – PIB ^(a) , variação percentual do PIB ^(b) e variação média anual do PIB ^(c) dos municípios que compõem a microrregião geográfica de Presidente Prudente: 1999-2002 (em ordem decrescente tendo como base a variação percentual entre 1999 e 2002).....	46
TABELA 11 – Variação anual média do PIB da 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, da Microrregião de Presidente Prudente e de Presidente Prudente: 1999-2002 (em %)	48

TABELA 12 – PIB <i>per capita</i> dos municípios que compõem a microrregião geográfica de Presidente Prudente: 1999-2002 (em R\$(^a) ordem decrescente – ano-base 2002).....	50
TABELA 13 – PIB <i>per capita</i> dos municípios que compõem a microrregião geográfica de Presidente Prudente: 1999 e 2002 (em R\$ ordem decrescente tendo como base a variação média anual).....	51
TABELA 14 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios que compõem a microrregião geográfica de Presidente Prudente: 1991 e 2000 (em ordem decrescente – ano-base 2000).....	54
TABELA 15 – Municípios da Microrregião de Presidente Prudente agrupados por grau de desenvolvimento humano (ano-base: 1991).....	55
TABELA 16 – Municípios da Microrregião de Presidente Prudente agrupados por grau de desenvolvimento humano (ano-base: 2000).....	56
TABELA 17 – Indicador Renda (IR) dos municípios da Microrregião de Presidente Prudente: 1991 e 2000.....	58
TABELA 18 – Indicador parcial (renda <i>per capita</i>) para o índice de renda dos municípios da Microrregião de Presidente Prudente: 1991 e 2000 (em US\$ PPP).....	60
TABELA 19 – Indicador Longevidade (IL) dos municípios da Microrregião de Presidente Prudente: 1991 e 2000	61
TABELA 20 – Indicador parcial (esperança de vida ao nascer) para o índice de longevidade dos municípios da Microrregião de Presidente Prudente: 1991 e 2000 (em anos).....	63
TABELA 21 – Indicador Educação (IE) dos municípios da Microrregião de Presidente Prudente: 1991 e 2000.....	64
TABELA 22 – Indicador parcial (taxa bruta de freqüência escolar ou taxa combinada de matrícula – TCM) para o índice de educação dos municípios da Microrregião de Presidente Prudente: 1991 e 2000 (em % do total).....	66
TABELA 23 – Indicador parcial (Taxa de alfabetização entre adultos – TAA) para o índice de educação dos municípios da Microrregião de Presidente Prudente: 1991 e 2000 (em % do total).....	67
TABELA 24 – Evolução dos indicadores parciais e do IDH de Presidente Prudente: 1991-2000.....	68

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DA ONU	12
1.1 Notas sobre o crescimento e desenvolvimento econômico	12
1.2 Uma nova concepção de desenvolvimento econômico e humano: o IDH da ONU	16
1.2.1 O IDH da ONU: notas históricas e metodológicas	16
1.2.2 O Indicador Renda (IR) do IDH da ONU	20
1.2.3 O Indicador Longevidade (IL) do IDH da ONU	22
1.2.4 O Indicador Educação (IE) do IDH da ONU	22
1.3 O Brasil e o IDH: nuances econômicas e de desenvolvimento humano	24
2 A ECONOMIA DE PRESIDENTE PRUDENTE E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	33
2.1 A formação econômica de Presidente Prudente	33
2.2 O perfil econômico recente da economia local	38
2.3 A produção econômica local recente a partir de dados do PIB e do PIB <i>per capita</i> (1999-2002)	44
2.3.1 A economia local pela ótica da evolução do PIB	44
2.3.2 A economia local pela ótica da evolução do PIB <i>per capita</i>	49
3 A ECONOMIA LOCAL E O DESENVOLVIMENTO HUMANO	53
3.1 O desenvolvimento humano local pela ótica do IDH	53
3.1.1 O Indicador Renda (IR) local	57
3.1.2 O Indicador Longevidade (IL) local	61
3.1.3 O Indicador Educação (IE) local	64
4 CONCLUSÃO	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75

INTRODUÇÃO

O objetivo na presente pesquisa foi confrontar alguns indicadores econômicos do município de Presidente Prudente com dados do Índice de Desenvolvimento Humano local a fim de procurar encontrar explicações que possam revelar elos de ligação da questão econômica da realidade local com nuances do seu desenvolvimento humano.

A economia não só de Presidente Prudente, como também de grande parte de sua região é considerada “frágil” por não apresentar uma atividade econômica dinâmica, fato este que deveria despertar o interesse de pesquisas que levantem não apenas questionamentos, mas que possam encontrar caminhos para a reversão deste quadro.

Para a análise da questão eminentemente econômica da localidade alvo do estudo, utilizou-se os indicadores de Valor Adicionado como *proxy* da produção de riqueza, do Índice de Participação dos Municípios na Arrecadação do ICMS (IPM), do PIB e do PIB per capita.

Para a análise do desenvolvimento humano, utilizou-se Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU e de seus indicadores parciais – Indicador Renda (IR), Indicador Longevidade (IL) e Indicador Educação (IE). Em ambas as análises objetivou-se demonstrar a evolução e ou retração dos indicadores, em no caso do IDH, realizou-se a análise no sentido de apontar qual o indicador parcial (IR, IL, IE) que representou a maior responsabilidade pela posição do município de Presidente Prudente, destacadamente favorável tanto nacional, estadual como localmente no *ranking* de municípios com relação ao desenvolvimento humano.

A relevância da presente pesquisa, então, está relacionada à importância da utilização dos dados municipais de PIB, PIB per capita e IDH, com o intuito, por exemplo, de indicar elementos para a implementação de políticas adequadas às necessidades do município, além de apontar elementos relativos à riqueza e às questões sociais e humanas que nem sempre caminham juntas quando as análises destes referenciais são feitas isoladamente. Ou seja, nem sempre uma localidade aparentemente com bons indicadores de desenvolvimento humano (referenciais sociais e humanos) possui uma boa condição material, econômica ou de riqueza.

Assim, a hipótese central do estudo apóia-se no seguinte aspecto: a boa condição do município de Presidente Prudente no que tange aos indicadores do IDH não encontra respaldo suficientemente consistente nas suas condições econômicas recentes e, com isso, igualmente ao caso brasileiro, o posicionamento no *ranking* do IDH não revela, de fato, a condição econômica e mesmo humana desta localidade.

Metodologicamente, a pesquisa é exploratória, procedendo-se à abordagem histórica, comparativa e descritiva do objeto de estudo a partir de referências bibliográficas eminentemente de fontes secundárias, inclusive com relação à base de dados.

Assim, o presente estudo foi dividido em 4 partes, além desta introdução. No primeiro capítulo são apresentadas as definições sobre crescimento econômico, desenvolvimento econômico e desenvolvimento humano. Em seguida, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é demonstrado desde sua idealização, metodologia de cálculo e seus indicadores parciais (IR, IL e IE) para, ao seu final, apresentar-se a questão de desenvolvimento humano no Brasil. No segundo capítulo, foi exposta a título de resgate e apresentação do objeto de estudo, a formação econômica de Presidente Prudente, demonstrando as várias atividades econômicas que se desenvolveram no município desde sua fundação em 1917 até os anos mais recentes, bem como uma análise do comportamento dos indicadores VA, IPM, PIB e PIB per capita da localidade e de sua microrregião geográfica. No terceiro capítulo, são apresentadas as análises do desenvolvimento humano de Presidente Prudente e sua microrregião através do IDH e de seus indicadores parciais. Na última parte, são expostas as notas conclusivas sobre as análises realizadas no decorrer do estudo.

1 O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DA ONU

1.1 Notas sobre crescimento e desenvolvimento econômico

Considerou-se, por muito tempo, que crescimento e desenvolvimento possuíam o mesmo significado. Entretanto, após vários estudos convencionou-se que crescimento econômico seria um termo utilizado para designar aumentos na produção econômica por si só, enquanto desenvolvimento econômico deveria ser utilizado no sentido de haver crescimento quantitativo da produção econômica que seja responsável por melhoras qualitativas nas condições de vida da população.

Assim, dentro do contexto no qual se considerava crescimento e desenvolvimento como o mesmo processo, o desenvolvimento econômico de um país, durante décadas, foi mensurado diretamente a partir do Produto Nacional Bruto (PNB)¹, ou seja, preocupava-se somente com seu crescimento econômico. Assim, quanto maior fosse o PNB, mais o país era considerado “desenvolvido”, pois se atrelava diretamente a noção de desenvolvimento econômico à condição de riqueza e crescimento econômico do país.

Esse conceito foi questionado após observações realizadas pela equipe do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)², uma vez que, apenas esse indicador de riqueza, não refletia a realidade socioeconômica de muitos países que, embora “ricos”, não poderiam ser considerados desenvolvidos (CASTRO, 1999), uma vez que, sem a distribuição da riqueza e sem a utilização de políticas públicas adequadas, o crescimento econômico pode não se transformar em melhoria das condições de vida para a população.

Confirmando o exposto acima, conforme se observa no Relatório de Desenvolvimento Humano – RDH (1994, p. 15), produzido no âmbito do PNUD:

A riqueza nacional pode ou não possibilitar a escolha das populações. O uso da riqueza por parte das nações é decisivo. Se as sociedades não

¹ Agregado econômico que expressa o valor de todos os bens e serviços resultantes da mobilização de recursos nacionais, pertencentes a residentes no país, independentemente do território econômico em que tais recursos foram produzidos.

² O PNUD foi criado em 1965, sendo considerado a mais importante fonte multilateral para a cooperação para o desenvolvimento humano em todo o mundo. Com base nos princípios fundamentais da Carta das Nações Unidas seu Conselho Executivo, composto por 36 países, aprova os programas e decisões de política que visam a paz e a segurança, o desenvolvimento sustentável e o respeito humano (CASTRO, 1999, p. 26).

reconhecerem que a sua riqueza real é o seu povo, uma obsessão excessiva da criação de riqueza material desfaz o objetivo principal de enriquecimento das vidas humanas.

Existem outros equívocos associados à noção de desenvolvimento humano, conforme relata Dias (1999) apud Rufato (1999, p. 36). O primeiro equívoco é que crescimento e desenvolvimento são diferentes, sendo correto afirmar que o crescimento econômico é uma condição tão necessária para atingir o desenvolvimento humano como este é para o crescimento econômico, apesar de não haver uma vinculação automática entre eles, pois as conseqüências do crescimento só se reverterão em melhoria na condição de vida se houver, ao mesmo tempo, gestão cuidadosa das políticas públicas. Outro equívoco observado pelo autor é que os seres humanos são vistos como insumos no processo produtivo e não como beneficiários deste mesmo processo.

Considerando essas observações e a partir das novas colocações desenvolvidas pelo PNUD, o desenvolvimento econômico passa a ser analisado em conjunto com o desenvolvimento humano. Este último sendo considerado “[...] como o desenvolvimento das pessoas, para as pessoas, e pelas pessoas” (PNUD apud Castro, 1999, p. 27).

Nesse mesmo sentido, segundo Haq (s.d.), o desenvolvimento humano deve ampliar as escolhas dos indivíduos, escolhas que podem ser infinitas e variar no decorrer do tempo, sendo que a questão do desenvolvimento deve envolver no seu conjunto o objetivo de propiciar às pessoas uma vida longa, saudável e criativa.

Então, no bojo das considerações sobre desenvolvimento econômico ligado ao desenvolvimento humano, o PNUD buscou desenvolver trabalhos no sentido de agregar ao fator renda outros dois elementos considerados fundamentais para se atingir o desenvolvimento humano: a longevidade e a educação, com o intuito de proporcionar uma dimensão de “desenvolvimento econômico” muito mais abrangente que apenas o de riqueza. Nesse sentido, os estudos e propostas do PNUD passaram a estabelecer um nível de desenvolvimento mínimo a ser alcançado pelas nações no sentido de buscarem canalizar a suas populações o mínimo de condições de desenvolvimento humano. Quando estes fatores básicos de desenvolvimento humano são atingidos, são abertos caminhos para outras escolhas que também representam papel importante na busca por se alcançar o desenvolvimento humano.

Geralmente, quando se fala em desenvolvimento humano, associa-se o conceito a questões ligadas à saúde e educação, mas o desenvolvimento humano também considera as questões macroeconômicas mais importantes, lembrando que o foco é o ser humano. Nesse sentido, Sen (2003) apud Pizzi (2004, p. 11) afirma que:

O crescimento do PIB, da indústria ou da tecnologia pode ser um meio muito importante para “ampliar as liberdades” das pessoas. Todavia, as liberdades de todos dependem também de outros fatores, como podem ser os ordenamentos sociais e econômicos (por exemplo, os serviços de educação e atendimento médico) e os direitos políticos e civis (por exemplo, a liberdade de participar nos debates e decisões públicas).

O PNUD (1995)³, e no mesmo sentido Haq (s.d.), coloca que o desenvolvimento é alcançado através da otimização de quatro componentes essenciais:

- a) produtividade: conseguir elevá-la ao máximo através de investimentos em pessoas e no ambiente macroeconômico;
- b) equidade: as oportunidades devem ser iguais, uma vez que o desenvolvimento deve ampliar as escolhas dos indivíduos. Contudo, os resultados freqüentemente são diferentes, pois cada indivíduo faz uso de sua oportunidade de uma maneira peculiar;
- c) sustentabilidade: o acesso às oportunidades tem que ser sustentável, ou seja, as próximas gerações têm que desfrutar do mesmo bem-estar que é proporcionado hoje, assim, é preciso preservar a capacidade de produzir um nível semelhante de bem-estar no futuro;
- d) habilitação: o desenvolvimento deve ser pelas pessoas, não apenas para elas, sendo este quarto componente estudado também como empoderamento, que significa que as pessoas encontram-se em condições de exercer o livre arbítrio e provocar uma descentralização do poder.

Assim, o progresso humano seria possível, da mesma forma como o desenvolvimento também o seria. Basta que as prioridades sejam enumeradas corretamente, pois desta forma, mesmo com a escassez de recursos, seria aberta a possibilidade de uma maior aproximação dos objetivos estabelecidos às buscas e conquistas necessárias para a conformação do desenvolvimento humano.

³ Relatório de Desenvolvimento Humano (1995).

Sen (2001) relata que as economias do leste asiático desenvolveram-se através da expansão e investimento em recursos humanos criando um forte elo entre crescimento e desenvolvimento, de tal forma que um beneficia o outro. No Japão, por exemplo, a educação sempre foi prioridade, mesmo quando ainda era um país pobre. O que o impulsionava era o desenvolvimento das habilidades humanas, dos recursos humanos numa base muito ampla, compartilhada e igualitária. Dessa forma, serviu de exemplo para os demais países do leste asiático, possibilitando, assim, o desenvolvimento dos recursos humanos e, conseqüentemente, desencadeando posteriormente um progresso econômico compartilhado.

Um outro bom exemplo é a experiência de desenvolvimento econômico da Coreia do Sul no período de 1961-1990. Como relatam Yonn e Souza (2001), os principais fatores para o desenvolvimento da Coreia do Sul foram as altas taxas de poupança, o planejamento estatal, a continuidade de políticas econômicas, a cooperação entre governo e setor privado, a distribuição de renda relativamente homogênea, os altos investimentos em educação, a exportação de produtos intensivos em tecnologia e capital humano e os aperfeiçoamentos institucionais constantes. Assim, focando a expansão dos recursos humanos, a Coreia do Sul pode proporcionar êxito e alcançar o sucesso não apenas econômico, mas principalmente social e humano, projetando-se atualmente como uma das mais dinâmicas economias em termos de geração e exportação de produtos de alta tecnologia.

Jolly (1996)⁴ ressalta que a estratégia para o crescimento econômico deve priorizar as pessoas e o seu potencial produtivo a partir da abertura de oportunidades para a criação de emprego e desenvolvimento humano. Segundo o autor, “desenvolvimento humano e crescimento econômico sustentado bem sucedido andam de mãos dadas”. No mesmo sentido, Almeida e Carvalho (2000) relatam que existe uma relação positiva entre o crescimento de um país e seu desenvolvimento tecnológico, e que ambos estão diretamente relacionados com o nível de conhecimento da sociedade.

Assim, o conceito de desenvolvimento humano que emergiu a partir dos trabalhos da ONU a partir do final de anos 1980 e início dos 1990 passaria a dar uma amplitude maior à noção de desenvolvimento econômico, agora, diretamente

⁴ Autor principal do RDH 1996 e conselheiro especial do administrativo do PNUD.

relacionado a questões de âmbito estritamente “humano”. Fazer com que as condições econômicas materiais de um país cresça ainda continuou sendo o centro das discussões políticas e econômicas dos países do mundo. Entretanto, à dimensão eminentemente econômica das antigas discussões agora se associam questões ligadas à apropriação dessa riqueza material em forma de desenvolvimento humano que, embora focadas nas dimensões esperança de vida e educação, além da questão da riqueza (PIB *per capita*), passaram a constituir uma luta não apenas pelo crescimento econômico, mas principalmente pelo empoderamento e o desenvolvimento econômico e humano dos povos.

Considerando tais exposições, o trabalho do PNUD acerca da inserção de variáveis qualitativas na análise do desenvolvimento econômico no âmbito do desenvolvimento humano culminou na criação de um indicador de desenvolvimento humano, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a englobar na sua mensuração a análise dos indicadores de renda *per capita*, esperança de vida e educação. A partir da criação do IDH, no início dos anos 1990, a todo ano o PNUD faz a estimativa dos três indicadores que geram o IDH de vários países do mundo e servem, não apenas ao PNUD, mas também aos países pesquisados, como subsídios para que os mesmos avaliem sua situação no quesito econômico e humano podendo, dessa forma, implementar medidas para corrigir e/ou melhorar seu desempenho.

Como forma de apresentar o IDH como instrumento de análise de condições de desenvolvimento econômico e humano, nas próximas seções são apresentados com detalhes a composição e a metodologia de cálculo do IDH e de seus indicadores internos.

1.2 Uma nova concepção de desenvolvimento econômico e humano: o IDH da ONU

1.2.1 O IDH da ONU: notas históricas e metodológicas

Com o intuito de mensurar o desenvolvimento humano possibilitando, assim, comparações entre os países avaliados, uma equipe de pesquisadores liderada por Mahbub Ul Haq, a partir do início dos anos 1990, formulou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que passou a ser publicado anualmente pelo

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH).

O IDH passou a ser, desde então, um dos principais instrumentos de avaliação internacional dos países no sentido de proporcionar noções sobre o desenvolvimento econômico e humano em pauta pelas políticas públicas voltadas a esse contexto nos mais de 150 países avaliados.

O indicador do desenvolvimento humano é composto pela combinação de três componentes mensurados a fim de darem a dimensão do desenvolvimento humano: (i) renda ou PIB *per capita*; (ii) longevidade e; (iii) educação. Esses componentes, aparentemente, podem ser considerados restritos, ou seja, pouco representativos, uma vez que são apenas três os índices componentes do IDH, porém, representariam a base para as conquistas de outros quesitos igualmente importantes para se atingir o desenvolvimento humano.

Castro (1999) conclui que existe uma “simbiose” entre os componentes da medida de desenvolvimento humano, uma vez que existe uma ligação entre eles e que, a partir da obtenção de um dos condicionantes do desenvolvimento humano, está aberta a possibilidade de se conseguir os outros. Assim, a renda está ligada ao grau de instrução do indivíduo, o nível de educação é um determinante da renda, que por sua vez viabiliza as condições básicas de saúde. Essa simbiose poderia ser naturalmente confirmada se não ocorresse a acumulação desigual dos componentes (renda e educação). Como afirma Castro (1999, p. 31):

Esta ótica permite inferir que há certa “simbiose” entre os componentes da medida de desenvolvimento humano, o que poderia ser ratificado não fossem as anomalias sociais provocadas pelos “estoques” (tanto renda, como de educação) que propiciam e perpetuam a desigualdade nos padrões de vida da sociedade.

Todos os indicadores para o cálculo do IDH dependem da veracidade das informações que servem de base para a sua composição. A metodologia de cálculo também é essencial para que o resultado seja o mais próximo possível da realidade socioeconômica em análise. Entretanto, por ser um indicador que analisa variáveis a partir da média, em alguns casos pode apresentar um resultado que não retrate, de forma precisa, a realidade do país em análise, ou seja, um país que possua indicadores de educação e de longevidade relativamente baixos, mas que apresente um nível de renda elevado, porém, com

elevado grau de concentração, por exemplo, pode, no final, enquadrar-se no grupo de países com um “bom” indicador de desenvolvimento humano. Nesse caso, os indicadores de longevidade e de educação sinalizam que se faz necessária a implementação de políticas para melhorá-los, mesmo que o país esteja no grupo de países com desenvolvimento humano elevado.

Com base nos Relatórios do Desenvolvimento Humano, a metodologia de cálculo do IDH é obtida a partir do estabelecimento da média aritmética simples dos indicadores de desenvolvimento índice de renda (IR), índice de longevidade (IL) e índice de educação (IE), de acordo com a fórmula (1):

$$\text{IDH} = \frac{\text{IR} + \text{IL} + \text{IE}}{3} \quad (1)$$

Onde:

IR: Índice de Renda;

IL: Índice de Longevidade;

IE: Índice de Educação.

O resultado obtido dessa média aritmética resultará em um valor entre 0 e 1 a partir do qual se classifica o nível de desenvolvimento humano do país a partir do valor do indicador encontrado e conforme determinação do PNUD:

- Desenvolvimento humano baixo, quando $0 \leq \text{IDH} < 0,500$;
- Desenvolvimento humano médio, quando $0,500 \leq \text{IDH} < 0,800$;
- Desenvolvimento humano elevado, quando $0,800 \leq \text{IDH} \leq 1$.

Inicialmente, para se chegar aos índices parciais componentes do IDH os mesmos eram calculados a partir de uma perspectiva de deficiências observadas nos países, ou seja, o resultado obtido a partir das observações realizadas mostrava como o valor observado do indicador de desenvolvimento (renda, longevidade e educação) do país analisado se apresentava em relação ao valor tido como ideal (CASTRO, 1999), sendo esse cálculo realizado a partir da expressão exposta na fórmula (2).

$$\text{Índice} = \frac{\text{valor máximo} - \text{valor observado}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}} \quad (2)$$

Onde:

Valor máximo: maior valor mundial para o indicador em estimação;

Valor observado: valor encontrado para o país em análise para o indicador em estimação;

Valor mínimo: menor valor considerado para o indicador em estimação.

Após revisões por parte dos especialistas do PNUD estabeleceu-se a mensuração do desenvolvimento humano através da perspectiva de captação da evolução dos fatores que compõe o IDH com o intuito de mensurar, assim, o aumento ou redução das condições observadas nos países a partir dos itens avaliados, utilizando o verificador exposto na fórmula (3).

$$\text{Índice} = \frac{\text{valor observado} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}} \quad (3)$$

Com base nesta nova concepção, os valores mínimos e máximos passaram a ser observados para um período de 60 anos, sendo os valores mínimos baseados na observação do menor valor retroagindo-se 30 anos no tempo e os máximos na expectativa dos próximos 30 anos em relação a uma dada dimensão no rol dos países em apreço pelo RDH (CASTRO, 1999). A seguir, na Tabela 1, estão expostos os atuais valores considerados máximos e mínimos pelo PNUD para o cômputo do IDH.

TABELA 1 – Indicadores e parâmetros utilizados pelo PNUD na determinação dos índices parciais componentes do IDH

Indicador	Valor mínimo	Valor máximo	Unidade de medida
PIB <i>per capita</i>	100	40.000	Dólares PPC
Esperança de vida ao nascer	25	85	Anos de vida
Taxa de alfabetização de adultos	0	100	Porcentagem
Taxa combinada de matrícula	0	100	Porcentagem

Fonte: PNUD, IPEA, IBGE, FJP (1998) apud Godoy et al. (2001, p. 71).

Com se observa a partir dos dados da Tabela 1, os parâmetros estipulados pelo PNUD determinam como valor mínimo para o PIB *per capita* o valor de US\$ 100 e o máximo de US\$ 40.000, calculados em forma de paridade de poder de compra (PPC) ⁵. Já quanto à esperança de vida, o PNUD estipula como parâmetros mínimo e máximo 25 e 85 anos de vida, respectivamente. Finalmente,

⁵ Moeda de cada país é convertida em dólar internacional de forma que uma certa quantidade de moeda tenha o mesmo poder de compra nos diferentes países.

no que tange aos parâmetros base para o cômputo do indicador de educação, são tomados como valores mínimo e máximo 0 e 100% respectivamente, tanto no que diz respeito ao percentual do total da população adulta alfabetizada quanto ao percentual do total da população matriculada no ensino (básico, médio e superior).

Para uma compreensão mais apurada da metodologia de cálculo do IDH da ONU, nas próximas seções são apresentados os procedimentos para a apuração de cada um dos indicadores do IDH.

1.2.2 O Indicador Renda (IR) do IDH da ONU

Para análise comparativa do indicador renda, apurado em dólares, o PNUD estabeleceu a necessidade de ajustar os dados de renda *per capita* de forma padronizada utilizando-se o conceito de Paridade de Poder de Compra (PPC). Outra particularidade para análise e cálculo do indicador renda é que o crescimento da renda, segundo os idealizadores do IDH, apresenta rendimentos decrescentes para o desenvolvimento humano (RDH, 1999), ou seja, um acréscimo de renda a uma pessoa com baixos rendimentos é muito mais significativo (em nível de desenvolvimento humano) do que o incremento na renda de um indivíduo com alto rendimento. Assim, estabeleceu-se um redutor para o impacto da elevação do PIB *per capita* observado por meio da formulação de Atkinson, convencionando-se o PIB *per capita* médio mundial como valor a partir do qual a renda passa a ter rendimentos decrescentes (PNUD, 1996, apud RUFATO ET AL., 2001, p. 2). Valores de PIB *per capita* observados abaixo da média mundial não serão ajustados e valores acima, serão ajustados pela fórmula de Atkinson. Dessa forma, os valores de PIB *per capita* superiores ao PIB médio mundial devem ser ajustados com base na fórmula (4).

$$\begin{aligned}
 W_i &= y^* && \text{para } 0 < y_i < y^* && (4) \\
 W_i &= y^* + 2[(y_i - y^*)^{1/2}] && \text{para } y^* \leq y_i \leq 2y^* \\
 W_i &= y^* + 2(y^*)^{1/2} + 3[(y_i - 2y^*)^{1/3}] && \text{para } 2y^* \leq y_i \leq 3y^*
 \end{aligned}$$

E, de forma geral, a correção do PIB *per capita* acima da média mundial (y^*) deve ser estabelecida a partir da fórmula geral:

$$W_m = y^* + 2(y^{*1/2}) + 3(y^{*1/3}) + 4(y^{*1/4}) + \dots + n[y - (n-1)y^*]^{1/n} \text{ para } (n-1)y^* \leq y \leq ny^*$$

Onde:

W_i : PIB *per capita* observado ajustado

W_m : valor descontado de US\$ 40 mil PPC;

y^* : rendimento mundial médio (em dólares PPC) tomado como valor máximo;

y_i : renda observada;

y : valor do PIB *per capita* estabelecido como teto para o cálculo do Índice Renda, ou seja, US\$ 40 mil PPC.

Com base na estimativa a partir da fórmula de Atkinson é possível de se apurar a fórmula para o cálculo do indicador renda conforme a fórmula (5).

$$\text{Índice Renda} = \text{IR} = \frac{W_i - 100}{W_m - 100} \quad (5)$$

Onde:

W_i : PIB *per capita* observado ajustado;

W_m : valor descontado de US\$ 40 mil PPC;

100: PIB *per capita*, em dólares PPC, estabelecido como mínimo pelo PNUD.

Até o ano de 1998, o cálculo do IR era feito da forma mencionada anteriormente. Entretanto, a partir de 1999 houve alteração na metodologia de cálculo deste indicador, uma vez que se verificou que a fórmula de Atkinson, para rendimentos até a média mundial, condicionava uma relação linear entre o crescimento do IDH e renda *per capita* e, descontava drasticamente a renda das coletividades que ultrapassavam o limite estabelecido com base no PIB *per capita* médio mundial (em PPC) (RUFATO ET AL., 2001).

Segundo o RDH (1999), Amartya Sen e Sudhir Anand foram os responsáveis pela revisão do cálculo, apresentando-se a seguinte nova fórmula (6) para o novo cálculo do IR.

$$W = \frac{\log(\text{valor observado}) - \log(\text{valor mínimo})}{\log(\text{valor máximo}) - \log(\text{valor mínimo})} \quad (6)$$

Desta forma, a renda é descontada gradualmente a partir do conceito de logaritmo, incidindo a ponderação em todos os níveis de renda e não mais a partir de um determinado valor. Com a utilização da expressão logarítmica, a relação de linearidade entre o crescimento do IDH e a renda *per capita* deixou de existir (GODOY ET AL., 2001).

Devido a essa alteração, passou a ser necessário ter cautela ao analisar-se o *ranking* do IDH dos países com base nos valores anteriores e posteriores a 1999, considerando-se essa mudança de metodologia de cálculo entre esses dois períodos. Assim, uma alteração no posicionamento do país entre as duas metodologias não refletiria, realmente, melhora ou piora do desenvolvimento humano desse país em questão, uma vez que a quebra metodológica exigirá que se normalize a base de comparação dos IDH, ou pela metodologia antiga, ou pela nova metodologia para que a base de comparação de evolução seja a mesma.

1.2.3 O Indicador Longevidade (IL) do IDH da ONU

O cálculo do índice de longevidade é baseado na esperança de vida ao nascer, considerando-se o número de anos que uma criança recém nascida viveria se os padrões de mortalidade prevalentes no tempo do seu nascimento se mantivessem ao longo de sua vida (RUFATO ET AL., 2001). Assim, o IL é apurado a partir da fórmula (7).

$$IL = \frac{\text{valor observado} - 25}{85 - 25} \quad (7)$$

Onde:

Valor observado: valor observado de esperança de vida em anos;

25: valor mínimo desejável em anos estabelecido pelo PNUD;

85: valor máximo desejável em anos estabelecido pelo PNUD.

1.2.4 O Indicador Educação (IE) do IDH da ONU

O Indicador educação é um indicador composto por dois parâmetros, a saber (RDH, 1999):

- Taxa de alfabetização entre adultos (TAA): tem peso de 2/3 no cálculo do IE e abrange as pessoas com 15 anos ou mais de idade

com capacidade de ler e escrever um texto simples dividido pelo total de pessoas com 15 anos ou mais no ano de referência. É expressa em porcentagem;

- Taxa combinada de matrícula (TCM): tem peso de 1/3 no cálculo do IE e abrange o total de pessoas matriculadas no ensino fundamental, médio e superior, dividido pelo número total de pessoas com idade de 7 a 22 anos no ano de referência. Também é expressa em porcentagem.

Assim, o cálculo do IE segue conforme expresso nas fórmulas (8) e (9).

$$IAA = \frac{TAA - 0}{100 - 0} \quad (8)$$

$$ICM = \frac{TCM - 0}{100 - 0} \quad (9)$$

Onde:

IAA: índice de alfabetização de adultos;

TAA: taxa de alfabetização de adultos;

ICM: índice combinado de matrícula;

TCM: taxa combinada de matrícula;

0 e 100: parâmetros mínimo e máximo possíveis para os indicadores (em percentual do total).

Após a obtenção dos resultados parciais do IE apontados acima, deve-se aplicá-los considerando seus devidos pesos, conforme fórmula (10).

$$IE = 2/3(IAA) + 1/3(ICM) \quad (10)$$

Conforme já apresentado anteriormente na equação (1), com base nos resultados obtidos no cálculo dos indicadores renda, longevidade e educação, a partir de uma média aritmética desses indicadores parciais chega-se ao valor do IDH conforme segue.

$$IDH = \frac{IR + IL + IE}{3}$$

Assim, é possível depreender que o PNUD, a partir da construção do IDH, parte do pressuposto que as dimensões envolvidas no cômputo deste indicador, ou seja, riqueza, longevidade e educação, constituem-se em naturezas

fundamentais para que as populações de qualquer país do mundo tenham um mínimo de possibilidade de viver adequadamente e, finalmente, que essas três dimensões têm o mesmo peso na consolidação do desenvolvimento humano complementando-se, como já apontado anteriormente, no sentido de proporcionar a dimensão humana do desenvolvimento econômico de um país.

A fim de expor um breve panorama histórico sobre a evolução dos indicadores de desenvolvimento humano do Brasil, na seção a seguir estão apontadas algumas notas sobre a evolução recente da questão do desenvolvimento humano no contexto da economia brasileira.

1.3 O Brasil e o IDH: nuances econômicas e de desenvolvimento humano

Conforme mencionado na seção anterior, desde a sua formulação o IDH vem sendo publicado pelo PNUD anualmente, desde 1990, no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), tendo por finalidade comparar o quesito desenvolvimento ligado às noções de PIB *per capita*, longevidade e educação entre os países do mundo a fim de apontar situações ligadas a essas noções para que os países, assim, possam implementar medidas que busquem melhorar a condição do desenvolvimento humano em suas sociedades.

Especificamente no caso do Brasil, os dados referentes tanto ao indicador final de desenvolvimento humano, o IDH, como os indicadores parciais que o compõem, são estimados desde a primeira edição do RDH, de 1990, até a última edição apresentada recentemente para o ano-referência de 2005.

Conforme pode ser observado a partir dos dados da Tabela 2 a seguir, considerando-se os dados do IDH do Brasil dos últimos 10 anos (1995-2005), é possível verificar que o país esteve entre os países considerados como de desenvolvimento humano elevado, ou seja, com o IDH igual ou superior a 0,800, somente nos anos de 1995 e 1998⁶. Para todos os demais anos do período 1995-2005, o IDH brasileiro dentro do *ranking* mundial do desenvolvimento humano colocou o país como de desenvolvimento humano médio, ou seja, com o IDH entre os valores de 0,500 a 0,799. Em nenhum dos anos do período o país se

⁶ Cabe ressaltar que os anos de referência de publicação dos RDH não coincidem com os anos referentes à base de dados que geraram os indicadores. Assim, por exemplo, os RDH 1995 e 1998 tiveram como ano de referência para os dados os anos de 1992 e 1995.

apresentou como de desenvolvimento humano baixo, ou seja, com IDH entre 0,000 e 0,499.

TABELA 2 – Indicadores de desenvolvimento humano do Brasil: IDH e indicadores parciais (1995-2005)

Ano do RDH	Ano-base dos dados	Posição no <i>ranking</i> mundial de IDH	Índice de esperança de vida	Índice de educação	Índice de PIB	IDH
1995	1992	63	0,69	0,78	0,94	0,804
1996	1993	58	n/d	n/d	n/d	0,796
1997	1994	68	0,69	0,79	0,87	0,783
1998	1995	62	0,69	0,80	0,94	0,809
1999	1997	79	0,70	0,83	0,70	0,739
2000	1998	74	0,70	0,84	0,70	0,747
2001	1999	69	0,71	0,83	0,71	0,750
2002	2000	73	0,71	0,83	0,72	0,757
2003	2001	65	0,71	0,90	0,72	0,777
2004	2002	72	0,72	0,88	0,73	0,775
2005	2003	63	0,76	0,89	0,73	0,792

Fonte: PNUD (vários anos – Relatórios de Desenvolvimento Humano 1995-2005).
Organizado pela autora.

Ainda que se considere como relevante as limitações existentes quanto à comparação dos indicadores de desenvolvimento humano entre vários anos, em virtude de constantes alterações nas metodologias de coletas e tratamento dos dados por parte do PNUD, torna-se interessante uma análise desta natureza para o caso do Brasil em virtude da grande preocupação dos últimos governos em procurar manter, ao menos constante, a situação do desenvolvimento humano no país e que, possivelmente, tenham suscitado uma série de direcionamentos de políticas públicas nesse sentido⁷.

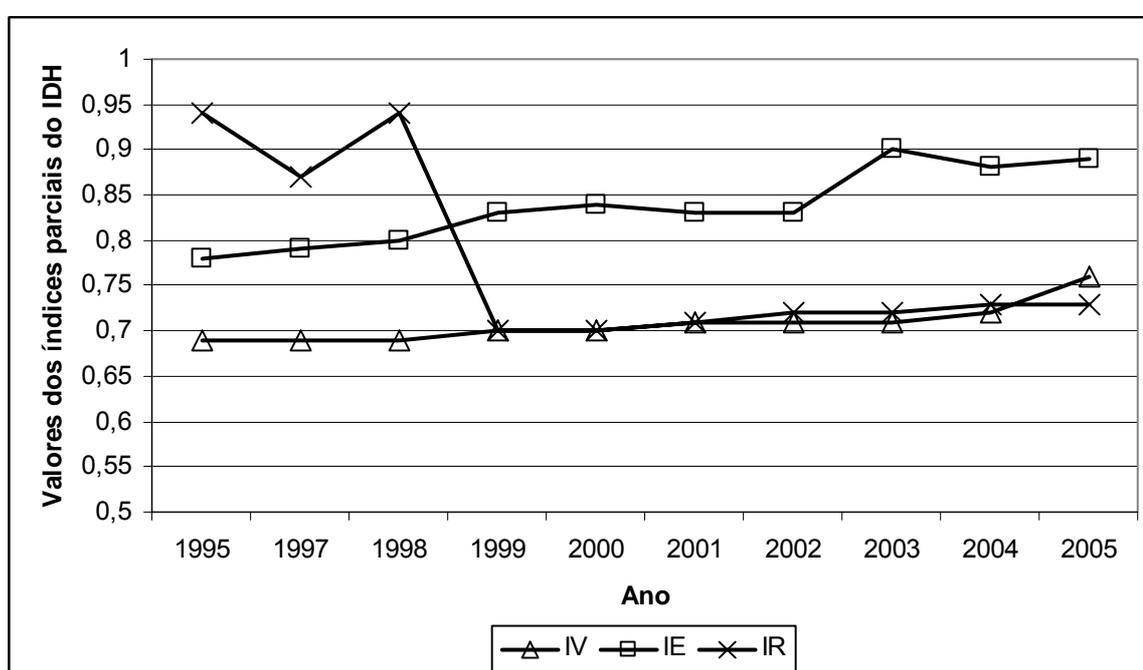
Como se observa a partir dos dados da Tabela 2, a melhor posição no *ranking* mundial do IDH ocupado pelo Brasil foi no ano de 1996 quando esteve na 58ª colocação e a pior delas foi no ano de 1999, quando o país ficou na 79ª posição. Curiosamente, esta queda brusca de posição do país entre 1998-99 deveu-se a uma mudança considerável na avaliação do seu índice de renda *per capita* que oscilou de 0,94 para 0,70, exatamente por conta da mudança de perspectiva da avaliação deste indicador pelo PNUD, como já observado anteriormente⁸.

⁷ Cujas análises, obviamente, foge do escopo da presente pesquisa.

⁸ Ver seção 1.2.2.

Considerando-se uma análise mais localizada na base do IDH, ou seja, a partir dos índices parciais que o compõem, quais sejam, os indicadores de PIB *per capita*, de longevidade e de educação, é possível levantar algumas considerações interessantes sobre os condicionantes das mudanças no IDH brasileiro ao longo do período 1995-2005 procurando associar a eles um maior ou menor peso na formação do IDH do país. Essas informações aparecem no Gráfico 1.

GRÁFICO 1 – Evolução dos indicadores parciais do IDH do Brasil: 1995-2005^(a)



Fonte: PNUD (vários anos – Relatórios de Desenvolvimento Humano 1995-2005).
 (a) Os dados do ano de 1996 não estão disponíveis e foram retirados da série.
 Organizado pela autora.

A análise do Gráfico 1, relativo ao comportamento dos índices parciais componentes do IDH do Brasil para o período 1995-2005, permite verificar que houve ao longo do período uma significativa melhora nos indicadores de esperança de vida (IV) e de educação (IE), o que já não ocorreu com o indicador PIB *per capita*.

Com relação ao indicador de educação (IE), além de apresentar-se como maior peso entre os três índices parciais a partir de 1999, foi o que apresentou a maior variação ao longo da série, com uma evolução de 11 pontos percentuais (de 0,78 para 0,89), sendo o indicador brasileiro que mais se aproxima do valor esperado estipulado pelo PNUD, que é de 1,00 (100%). Em seguida, a maior

evolução ficou por conta do indicador de esperança de vida (IV) que aumentou em 7 pontos percentuais (de 0,69 para 0,76). Já o indicador de PIB *per capita* (IR), em virtude da mudança metodológica de avaliação deste item por parte do PNUD a partir do RDH de 1999, este indicador passou a refletir uma pouco mais de perto a histórica questão da elevada concentração de renda no Brasil, assim, este indicador, ao longo dos anos 1995-2005 apresentou uma retração de 21 pontos percentuais (de 0,94 para 0,73), deixando de ser o maior peso no resultado do IDH brasileiro como fora entre 1995-98 para tornar-se o índice parcial com o menor peso na formação do IDH brasileiro em 2005.

De forma geral, é possível analisar qualitativamente esses dados para o Brasil da seguinte forma:

- Índice de educação (IE): efetivamente, houve uma melhora bastante significativa neste indicador brasileiro, decisivamente a partir do RDH 1999, ano em que o país apresentou uma brusca queda no índice de PIB *per capita*, assim, havendo uma compensação de um índice (IR) pelo outro (IE). Mesmo assim, a questão que se coloca quanto a essa melhora quantitativa se refere à subjetiva melhora que possa ter ocorrido quanto à outra questão ainda mais delicada que é a qualidade do ensino no Brasil. O que se abre à discussão aqui é que uma melhora quantitativa nesta variável não pode significar diretamente uma melhora qualitativa nas condições de educação do país;
- Índice de esperança de vida (IV): da mesma forma que o IE, este indicador apresentou sensível melhora no Brasil ao longo do período em questão colaborando bastante com a manutenção das estatísticas de desenvolvimento humano médio do país que apresentou uma esperança de vida de 70,5 anos segundo o RDH 2005. Mesmo assim, esse patamar encontra-se muito aquém daquele considerado como desejável pelo PNUD, que é de 85,0 anos, mostrando que o país ainda precisa melhorar bastante as condições de vida da população a fim de atingir este patamar tido como desejável;
- Índice de PIB *per capita* (IR): a parte a questão da mudança metodológica inserida pelo PNUD no cômputo deste indicador, sensivelmente percebe-se que a metodologia anterior, pelo menos para o caso brasileiro, dava-lhe um peso maior com relação aos demais para

a formação do IDH do país, como se observa a partir do Gráfico 1 para os anos de 1995, 1997 e 1998. A adequação metodológica a partir de 1999, se não corrigiu a questão da captação da concentração de renda do país na estimativa do PIB *per capita* brasileiro, pelo menos alinhou um pouco mais o peso que este indicador parcial passou a representar no cômputo geral do IDH do país, recentemente sendo o de menor peso para a estimativa do IDH do Brasil.

Finalmente, com relação à análise específica dos indicadores parciais do IDH brasileiro, abstraindo-se da análise a questão das limitações comparativas entre anos diferentes desses indicadores, a título de ilustração, o PNUD projetou a partir do RDH 2005 uma adequação metodológica nos indicadores parciais também para o ano de 2004, cujos resultados sumarizados são apresentados na Tabela 3.

TABELA 3 – Indicadores de desenvolvimento humano do Brasil: IDH e indicadores parciais (2004-2005)^(a)

Ano do RDH	Ano-base dos dados	Posição no <i>ranking</i> mundial de IDH	Expectativa de vida	Taxa de alfabetização	PIB <i>per capita</i> (PPC US\$)	IDH
2004	2002	63	70,2 anos	88,40%	7.918	0,790
2005	2003	63	70,5 anos	88,40%	7.790	0,792

Fonte: PNUD (vários anos – Relatórios de Desenvolvimento Humano 1995-2005).

(a) Os dados do RDH 2004 foram recalculados com base na metodologia usada no RDH 2005. Organizado pela autora.

Assim, aplicando-se a mesma metodologia utilizada no RDH 2005 para o RDH 2004, percebe-se que a posição do país no *ranking* mundial do IDH não seria a de número 72 (ver Tabela 2 apresentada anteriormente), mas sim, o país estaria na mesma posição ocupada em 2005, na 63^a posição, entretanto demonstrando que o Brasil melhorou menos a sua estatística relativa ao IDH conforme revelam os dados da Tabela 3, passando de 0,790 para 0,792, e não de 0,775 para 0,792 conforme revelaram os dados da Tabela 2.

Com base nessa adequação metodológica, os dados do PNUD relativos ao Brasil revelam ainda que: (i) houve aumento na expectativa de vida dos brasileiros entre 2004-05 passando a idade 70,2 para 70,5 anos; (ii) a taxa de alfabetização da população brasileira não se alterou entre os dois anos, mantendo-se no patamar de 88,4% e: (iii) o PIB *per capita* do país apresentou uma relativa queda de 1,6% entre os anos 2004-05, passando de US\$ 7.918 para US\$ 7.790 (PPC).

Quando a dimensão do IDH brasileiro é comparada às estatísticas internacionais, é possível verificar que, mesmo os indicadores internos do país apontando para uma condição de relativa melhora com respeito ao IDH do país, a análise da evolução histórica desses dados revelam outras nuances interessantes.

No mesmo RDH de 2005, a despeito das mudanças na metodologia adotada para o cálculo do IDH ao longo dos anos, o PNUD processou a partir de uma mesma metodologia-base o recálculo do IDH para os anos de referência 1975, 1980, 1985, 1990, 1995, 2000 e 2002 de forma que se possa analisar, comparativamente, a evolução do IDH dos países dentro de um mesmo prisma metodológico. Os dados de IDH de alguns países do mundo ao longo desta série estão expostos na Tabela 4.

TABELA 4 – Evolução do IDH: países selecionados (1975-2002)^(a)

Ordem de IDH^(b)	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2002
Países com desenvolvimento humano elevado							
1 Noruega	0,866	0,886	0,897	0,911	0,935	0,954	0,956
2 Suécia	0,863	0,873	0,885	0,895	0,928	0,943	0,946
3 Austrália	0,847	0,864	0,877	0,892	0,932	0,942	0,946
4 Canadá	0,869	0,885	0,908	0,928	0,933	0,939	0,943
5 Holanda	0,865	0,877	0,891	0,907	0,927	0,938	0,942
20 Espanha	0,836	0,853	0,867	0,885	0,903	0,917	0,922
22 Israel	0,794	0,818	0,839	0,857	0,880	0,907	0,908
25 Singapura	0,724	0,761	0,784	0,821	0,859	n/d	0,902
28 Coréia do Sul	0,705	0,741	0,779	0,817	0,852	0,878	0,888
34 Argentina	0,784	0,799	0,808	0,810	0,832	0,854	0,853
43 Chile	0,703	0,738	0,761	0,784	0,814	0,835	0,839
46 Uruguai	0,759	0,779	0,785	0,803	0,816	n/d	0,833
53 México	0,688	0,734	0,753	0,761	0,776	0,800	0,802
Países com desenvolvimento humano médio							
68 Venezuela	0,716	0,730	0,739	0,759	0,768	0,776	0,778
72 Brasil	0,644	0,680	0,695	0,714	0,739	0,771	0,775

Fonte: PNUD (2005).

(a) Anos de publicação do Relatório de Desenvolvimento Humano.

(b) *Ranking* com base nos dados do RDH de 2002.

Organizado pela autora.

Como se observa a partir dos dados da Tabela 4, a grande maioria dos países selecionados apresentou evolução no IDH no período de 1975-2002. As maiores evoluções ficaram por conta de Singapura e Coréia do Sul, ambas avançaram 18 pontos percentuais (p.p.) no IDH entre 1975-2002, ou seja, se aproximaram 18 p.p. do nível máximo de desenvolvimento humano que é

alcançar o IDH = 1,000. Em seguida, as maiores melhoras ficaram por conta de Chile (14 p.p.), Brasil (13 p.p.), México (11 p.p.), Israel (11 p.p.) e Austrália (10 p.p.). Uma ressalva merece destaque com relação a esses dados: embora o Brasil tenha avançado nas estatísticas do IDH ao longo do período em níveis próximos de países em desenvolvimento, como Chile, México e Israel, todos esses países estavam em 2002 no patamar de desenvolvimento humano elevado, enquanto o Brasil ainda se encontrava na condição de desenvolvimento humano médio, condição que persiste até o último RDH de 2005.

Ainda com base nos dados da Tabela 4, percebe-se que no período analisado ocorreram movimentações dos países no *ranking*, porém em sua grande maioria a alteração da posição não é muito significativa. Por exemplo, os países que ocupavam as cinco primeiras posições em 1975 nunca caíram abaixo da 15ª colocação, o mesmo ocorrendo com os cinco países de pior desempenho, que nunca saíram da condição de estarem entre os 10 piores IDH.

Mais especificamente para o caso da América Latina, analisando-se os dados da Tabela 4, percebe-se que Argentina, Chile e Uruguai, países que também passaram por crises econômicas ao longo do período como foi o caso do Brasil apresentaram condições muito mais favoráveis de desenvolvimento humano que a brasileira, como já apontado anteriormente, apresentando uma condição de desenvolvimento sempre muito superior à do Brasil e que atualmente ainda mantém essa condição e situados no *ranking* mundial como países de desenvolvimento humano elevado. Assim, as crises econômicas pelas quais passaram boa parte dos países latinos ao longo dos anos 1980 e 90 não podem ser utilizadas para justificar a condição e a posição que o Brasil ocupa no *ranking* do IDH. Finalmente, com relação aos dados da Tabela 4, no quadro dos países de desenvolvimento humano médio, ao lado do Brasil encontra-se o caso da Venezuela, país que possui uma estrutura econômica bem mais modesta do que a brasileira, mas que, em todo o período analisado, sempre apresentou IDH superiores aos do Brasil, embora essa diferença tenha sido minimizada ao longo do período.

Assim, de forma geral, os dados revelam que o Brasil melhorou a condição relativa do seu desenvolvimento humano ao longo do período 1975-2002. Entretanto, cabe ressaltar que essa melhora ainda não conseguiu realçar a relevância da questão do desenvolvimento humano ligada à noção de dimensão econômica que o país tem. Ademais, o desenvolvimento humano apresentado

pelo país, mesmo que melhorado ao longo dos anos, está muito distante de países historicamente considerados de desenvolvimento humano elevado como são os casos da Noruega, da Suécia e do Canadá, nem tampouco conseguiu promover ao país a condição de estar no mesmo patamar de desenvolvimento humano de países que são muito menores economicamente que o Brasil, como são os casos de Israel, Argentina, Chile, Uruguai, México e Venezuela. Dessa forma, a questão econômica em termos de grandeza não tem conseguido dar, ao longo dos anos, a condição de desenvolvimento humano necessária ao país para poder ser considerado não apenas como uma grande economia que é, mas também uma grande economia com uma boa condição de desenvolvimento.

Realçando esses aspectos comparativos, o RDH de 2005, focando a desigualdade em vários aspectos como na distribuição de renda, no fornecimento de subsídios, na expectativa de vida entre ricos e pobres, mulheres e homens, regiões rurais e urbanas, utilizou o Brasil para exemplificar alguns itens de desigualdade, como segue:

A renda média é três vezes maior em um país de renda mediana e alta desigualdade como Brasil do que em um país de baixa desigualdade e baixa renda como o Vietnã. Mas a renda dos 10% mais pobres no Brasil é menor que a dos 10% mais pobres no Vietnã. [...] A diferença entre o topo e a base é muito grande – bem maior do que a encontrada mesmo nos países mais desiguais. No Brasil, a proporção da renda dos 10% mais pobres da população em relação à dos 10% mais ricos é de 1 para 94. Para o mundo como um todo, é de 1 para 103 (PNUD, 2005).

Ainda conforme observações do PNUD no RDH 2005, um estudo patrocinado pelo PNUD considerando países com grande desigualdade e grande número de pobres, como o Brasil e o México, concluiu que uma pequena transferência de renda proporcionaria grande redução da pobreza. No caso do Brasil, a transferência de 5% da renda dos 20% mais ricos para os mais pobres teria os seguintes efeitos: cerca de 26 milhões de pessoas sairiam da linha de pobreza, reduzindo a taxa de pobreza de 22% para 7%, realçando que “em uma sociedade que dê mais peso ao ganho de bem-estar dos pobres do que ao dos ricos, a transferência poderia ser considerada uma melhoria no bem-estar de toda a sociedade, mesmo que alguns percam” (PNUD, 2005).

Face ao exposto, ao longo do presente capítulo, buscou-se realçar o IDH como um novo olhar para as questões tangentes entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento humano. A criação do IDH e seu amadurecimento

ao longo dos anos trouxeram contribuições bastante significantes no sentido de dar uma nova noção ao “econômico”, qual seja, a sua porção contributiva para com o desenvolvimento do ser humano. Assim, o desenvolvimento econômico, outrora extremamente atrelado à noção de PIB, cedeu lugar a outras dimensões que jogaram luz em questões dificilmente atreladas à noção do PIB- desenvolvimento econômico, como são exemplos a esperança de vida e o nível de educação.

Especificamente para o caso do Brasil, percebeu-se que o IDH revelou exatamente essa nuance: um país economicamente importante, com o PIB relevante, mas que quando aproximado às noções de desenvolvimento humano se mostra bastante desigual. Depreende-se aqui, pois, uma das grandes contribuições que o IDH trouxe quanto ao foco da busca incessante pelo crescimento das economias: que esse crescimento, ponto fundamental para a busca pelo desenvolvimento das economias, possa/deva ser vertido em esforços capazes de promover melhorias nas condições de vida da população, nem que pela simples ótica da expectativa de vida e da educação dessa mesma população.

Buscando trazer a discussão levantada neste capítulo para a análise do caso específico de Presidente Prudente, quanto às nuances envoltas às perspectivas econômicas e de desenvolvimento humano, no próximo capítulo são apresentados aspectos de caracterização da formação e sedimentação econômica deste município para, posteriormente, guiar-se a análise a questões suscetíveis de debates com relação aos indicadores de desenvolvimento, econômico e humano, local.

2 A ECONOMIA DE PRESIDENTE PRUDENTE E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Com o objetivo de analisar o contexto dos indicadores de crescimento e desenvolvimento econômico como também de desenvolvimento humano (IDH), tornou-se necessário primeiramente uma caracterização do objeto de estudo da presente pesquisa que é o município de Presidente Prudente. Assim, no presente capítulo encontra-se uma caracterização da formação e da atual estrutura econômica do município, destacando-se no período mais recente a sua conformação setorial.

2.1 A formação econômica de Presidente Prudente

Os coronéis Francisco de Paula Goulart e José Soares Marcondes foram os responsáveis pela formação dos primeiros núcleos urbanos do município de Presidente Prudente, a Vila Goulart e a Vila Marcondes (DUNDES, 1998).

A formação destes núcleos urbanos deveu-se a expansão da economia cafeeira para o interior do Estado de São Paulo iniciando-se a atividade econômica de Presidente Prudente a partir a exploração de madeira com o intuito da ocupação de áreas a partir de construção de casas (JESUS, 2003).

Assim, além do extrativismo, a agricultura cafeeira tornou-se com o tempo uma atividade econômica do município e da região, uma vez que o cultivo de café era a atividade predominante nas terras mais férteis do Estado de São Paulo, passando a ser importante também no município, propiciando a partir do início do século XX sua expansão socioeconômica.

Por volta dos anos 1930 em nível mundial, o cenário apontava para uma crise econômica que atingiu seu auge com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929. Ao final da década de 1930 a superprodução do café propiciou a queda da desta importante cultura que, até então, era a principal atividade econômica do Brasil incluindo a região de Presidente Prudente (BERTOLLI, 1999).

A decadência da cultura cafeeira na região de Presidente Prudente ocorreu não somente por reflexo da crise de 1929 e da superprodução, mas também outros fatores contribuíram com essa mudança, como destaca Abreu (1972) apud Jesus (2003, p.13):

As terras de Presidente Prudente, de formação arenosa, não eram ideais para a cultura cafeeira.[...] Outro fator foram as geadas que dizimaram lavouras novas desesperançando os lavradores que passaram a se interessar por outras plantações.[...] Mais do que tudo isto, a crise de 1929 jogou os preços a níveis vis.

Em face a essa situação, Presidente Prudente e a região substituíram a cultura cafeeira pela cultura do algodão e Presidente Prudente passou a ocupar o primeiro lugar na produção de algodão na região.

Nesse período, o consumo de algodão em nível mundial era alto devido à sua utilização para a confecção de uniformes para soldados durante a Segunda Guerra Mundial aliado a uma crescente atividade manufatureira mundial no setor têxtil (BERTOLLI, 1999). Após a Segunda Guerra, o consumo mundial de algodão foi reduzido. Este fato, aliado a outros acontecimentos regionais, como o aumento do custo de arrendamento de terras, o desenvolvimento e o conseqüente esvaziamento das áreas rurais conduziram a uma sensível queda do cultivo do algodão na região de Presidente Prudente a partir de meados da década de 1950 (JESUS, 2003).

O sucessor agrícola como cultura relevante em substituição ao algodão foi o amendoim, continuando em menores escalas que anteriormente o algodão e, em menor proporção ainda, o café.

No que tange à atividade agroindustrial regional, conforme relata Dundes (1998), as indústrias se instalaram na região com o intuito de subsidiar tais atividades agrícolas, como processadores dos produtos contribuindo, desta forma, com o início de uma fase de industrialização a partir da instalação de indústrias de processamento, principalmente de óleo vegetal. Assim, nas décadas de 1940 e 1950, as atividades predominantes em Presidente Prudente e região foram à indústria de processamento e a agricultura.

Com a decadência das respectivas culturas, como conseqüência, as indústrias tendiam a se deslocar da região pela falta da matéria-prima. Logo, com o passar dos anos o volume de atividade industrial em Presidente Prudente e região diminuiu e, já na década de 1960, estabelecia-se outra atividade econômica: a pecuária, que passa a ocupar o espaço econômico deixado pela agricultura gerando um movimento de intensificação da migração populacional campo-cidade (JESUS, 2003).

A urbanização de Presidente Prudente, conforme relata Jesus (2003, p. 14-15), apresentou uma característica que se reverteu em vantagem:

[...] a exploração agrícola era realizada em torno da pequena propriedade rural, ao contrário das áreas cafeeiras tradicionais, fazendo com que a instalação das indústrias processadoras provocasse uma maior sinergia entre os setores agrícolas e os industriais, resultando no desenvolvimento de outras atividades econômicas como o comércio e a prestação de serviços, dinamizando, assim, o mercado local.

Ressaltando o exposto acima, Abreu (1972) apud Jesus (2003, p.15) aponta que:

Nas áreas pioneiras, com a existência das pequenas propriedades cujos donos não tinham recursos para montarem suas próprias máquinas de beneficiamento, houve um estímulo para que eles aparecessem nos centros urbanos vizinhos a fim de oferecerem serviços aos lavradores. A instalação dessas máquinas de beneficiamento contribuiu para o desenvolvimento da urbanização pelo movimento comercial e financeiro que trouxeram para os núcleos urbanos.

Assim, mesmo que a indústria ainda não representasse o papel principal como atividade econômica da região, ela foi importante para a economia local do período uma vez que complementava a economia agrícola regional.

Sobre a atividade industrial do município de Presidente Prudente, Jesus (2003), baseada no trabalho de Dundes (1998), analisa os dados do período de 1929 a 1937, e aponta que entre 1931 e 1935 os estabelecimentos industriais em Presidente Prudente passam de 17 para 42, crescimento este que atraiu a população tanto do campo como da região, contribuindo com o quadro que tornou Presidente Prudente um centro regional de comércio e serviços. Ainda conforme Dundes (1998) apud Jesus (2003), essa expansão urbana continuou nas décadas de 50, 60 e 70. Assim, dinamizava-se gradativamente o surgimento de pequenas empresas locais visando a produção de bens para consumo imediato.

Ao longo dos anos, algumas empresas instaladas nesta época conseguiram manter-se no mercado. Percebe-se que até os anos 60 o domínio das atividades industriais na localidade pertencia às empresas externas que atuavam em Presidente Prudente como processadoras de produtos agrícolas e que, a partir do processo de transição de importância das atividades eminentemente agrícolas para a pecuária na localidade gerou um deslocamento dessas empresas externas para outras regiões conformando um movimento de redução da atividade industrial em Presidente Prudente.

Assim, tem início uma nova realidade que definiria a nova estrutura da atividade econômica do município de Presidente Prudente, como relata Jesus (2003, p. 19):

[...] começa a despontar que o pequeno capital privado local passaria, então, a partir dos anos 60, a ser um dos elementos determinantes do ramo industrial predominante em Presidente Prudente e do porte de seus estabelecimentos. Talvez esse fato tenha sido um dos fatores mais importantes que levaram ao não desenvolvimento da indústria de larga escala na região, seguiu a expansão da industrialização dos grandes centros, fazendo com que, não só o município de Presidente Prudente como toda a região, mantivessem um caráter essencialmente comercial, administrativo e de prestação de serviços no seu perfil produtivo já desde a primeira metade do século XX.

A partir desta nova realidade, a indústria de capital local passou a se destacar tornando-se dependente do setor primário (pecuária) e terciário (comércio e serviços) para complementá-los (JESUS, 2003).

Nesse contexto, com a expansão da pecuária na localidade surgiram em Presidente Prudente os primeiros frigoríficos, atraindo novos investimentos e gerando novos empregos e tributos para o município.

Assim, o crescimento urbano de Presidente Prudente deve-se também a expansão da atividade da pecuária na região. Como relata Dundes (1998) apud Jesus (2003, p. 20):

O efeito da pecuária extensiva na região, especialmente a partir da década de 60, foram sentidos, ao mesmo tempo, no desencadeamento do processo de urbanização de Presidente Prudente e na ruína da indústria ligada à produção agrícola. Dessa forma, a indústria após 70 pouco contribui para o desenvolvimento econômico local, especialmente no que diz respeito à geração de empregos.

Segundo Jesus (2003), o não desenvolvimento do setor industrial na região intensificou os problemas da baixa oferta de postos de trabalho e, conseqüentemente, contribuiu com a redução dos rendimentos na localidade. Como resultado do “não-emplacamento” das atividades industriais em Presidente Prudente, o caminho de consolidação da economia esteve focada nas atividades agropecuárias e do setor terciário (comércio e serviços).

Ainda assim, na década de 1970 ocorreu um crescimento no setor industrial devido à instalação de frigoríficos e curtumes e também da unidade industrial da Cia. Industrial de Conservas Alimentícias (CICA) que estimulou o cultivo do tomate na região. Assim, nesse período, a atividade econômica do

município constituía-se não com base nas pequenas empresas de capital local, como também nas indústrias ligadas ao setor primário, destacando-se a pecuária.

Nos anos 1980, conforme Bertolli (1999) apud Jesus (2003, p. 22):

[...] uma grande parte dessas indústrias ligadas à pecuária ou encerrou suas atividades ou se mudou para outros Estados em busca de benefícios fiscais (“guerra fiscal”) e também devido ao processo hiperinflacionário decorrente da crise econômica enfrentada pela economia brasileira.

Nesse contexto, novamente o município de Presidente Prudente passaria por uma crise no seu segmento econômico ligado à agroindústria restando como principais empresas industriais, indústrias cuja característica principal seria, conforme Bertolli (1999) apud Jesus (2003, p. 23), “[...] a conformação de seu capital ser local e familiar. O restante, na sua maioria, constitui-se de micro e pequenas empresas. Elas é que vão sustentar o setor secundário prudentino”.

Essas empresas de capital local e familiar permaneceram em atividade pelo fato de terem se transformado em importantes grupos e estarem a desenvolver atividades diversificadas e não apenas no segmento industrial, por exemplo atuando em comércio e serviços, construção civil e no setor agropecuário (DUNDES, 1998).

Assim, quanto à atividade industrial de Presidente Prudente, a mesma perdeu importância ao longo dos anos 1970-80, ocasionando uma série de problemas de cunho social. Pois, o crescimento da população urbana acompanhou o desenvolvimento desta atividade, como já mencionado anteriormente, pois viam neste município a oportunidade de emprego. Com a redução da atividade industrial, os anos 90 se iniciam com um cenário desanimador, com perda de dinamismo econômico, população com baixa qualificação profissional e, conseqüentemente, baixa renda. Dentro deste contexto, a especialização da economia local foi sendo estabelecida no setor terciário (comércio e serviços) e setor primário (pecuária), transformando Presidente Prudente em um grande pólo regional de prestação de serviços e atividades ligadas à pecuária. Mesmo assim, essas atividades não proporcionaram ao município o resgate do dinamismo econômico ocorrido na primeira metade do século passado quando a região era considerada uma das mais desenvolvidas do Estado de São Paulo (JESUS, 2003).

Mais detalhes sobre o perfil recente da economia local são apresentados na seção a seguir.

2.2 O perfil econômico recente da economia local

Como apresentado na seção anterior, durante a formação econômica de Presidente Prudente, o setor industrial teve sua importância relativa, porém, não conseguiu estabelecer-se como atividade econômica predominante. Assim, as atividades que se destacaram ao longo da formação urbana de Presidente Prudente passaram a ser estabelecidas no setor de comércio e serviços e nas atividades ligadas à pecuária principalmente.

Dentro deste contexto, vários estudos foram realizados com o objetivo de detectar qual a atividade econômica que desenvolveria a região e conseqüentemente o município de Presidente Prudente.

Conforme apresentado na pesquisa de Jesus (2003), um estudo realizado pela Secretaria de Gestão do Estado de São Paulo estabeleceu um plano para o desenvolvimento econômico do Pontal do Paranapanema com o objetivo de apontar soluções de ordem econômica e social para esta região, da qual Presidente Prudente faz parte. Neste trabalho foi relatado que as atividades de comércio e serviços estão associadas aos segmentos agropecuário, agroindustrial e ao mercado urbano regional. Além disso, constatou-se que a base da atividade econômica desta localidade é a agricultura e a pecuária, e as transformações econômicas que ocorreram não foram suficientes para impor mudanças nestas bases. Assim, como relata Jesus (2003), constituiu-se um mercado local modesto e de baixa competitividade.

Em outro estudo, este realizado pelo Departamento de Economia da Universidade de São Paulo (FUNDACE/USP, 1998), elaborou-se um diagnóstico econômico da região de Presidente Prudente, constatando-se que em Presidente Prudente predomina o comércio atacadista, porém, na região destaca-se tanto o comércio atacadista como o varejista. Este fato mostra que Presidente Prudente é um centro de distribuição regional, mas isto não o torna desenvolvido economicamente, pois a renda gerada no município é baixa, devido ao baixo dinamismo destas atividades (JESUS, 2003).

Para a análise da situação socioeconômica da microrregião⁹ e de Presidente Prudente, Jesus (2003) apoiada em uma pesquisa de Santos (2002), utilizou dois indicadores econômicos a fim de demonstrar alguns aspectos relativos ao dinamismo da economia local: (i) o Valor Adicionado¹⁰ (VA); (ii) Índice de Participação dos Municípios na Arrecadação do ICMS junto ao Estado de São Paulo (IPM).

A Tabela 5 apurada por Jesus (2003), contém os dados relativos ao comportamento do indicador de VA do Estado de São Paulo, da microrregião de Presidente Prudente e do município de Presidente Prudente no período de 1994-2002.

TABELA 5 – Valor Adicionado: Estado de São Paulo, Microrregião de Presidente Prudente e Município de Presidente Prudente: 1994-2002 (em R\$(^a))

Ano	Estado de SP	Microrregião de P.Pte. ^(b)	Município de P. Pte
1994	291.084.977.146	2.677.558.477	977.837.866
1995	304.836.276.611	2.588.033.668	932.613.480
1996	326.521.559.373	2.899.004.158	1.206.420.941
1997	332.480.202.042	2.828.193.601	1.013.101.272
1998	334.725.966.084	3.007.591.713	1.021.268.680
1999	307.883.909.265	2.570.557.301	845.960.844
2000	332.026.958.190	2.739.352.916	878.208.776
2001	353.875.322.361	3.297.001.081	946.203.815
2002	302.936.361.388	2.813.813.230	850.693.362
Var. média^(c) anual (%)	0,50	0,62	-1,73

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (2003) apud Jesus (2003, p. 29).

(a) Valores atualizados pelo IGP-DI (Ano base: 2002); (b) Incluindo o Município de Presidente Prudente. (c) Média geométrica.

De acordo com os dados da Tabela 5 percebe-se que o Estado de São Paulo apresentou para o período analisado um crescimento médio anual de 0,50%, a microrregião de Presidente Prudente apresentou melhor desempenho que o Estado, ficando com um crescimento médio anual de 0,62%. Entretanto, analisando-se somente o município de Presidente Prudente, o mesmo apresentou

⁹ Composta pelos municípios: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabú, Caiuá, Estrela do Norte, Emilianópolis, Euclides da Cunha Paulista, Indiana, João Ramalho, Marabá Paulista, Mirante do Paranapanema, Martinópolis, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabai e Teodoro Sampaio (SANTOS, 2002, p 1)

¹⁰ Corresponde à geração da produção e/ou do consumo atribuídos aos municípios e, por extensão, podendo ser utilizado como uma *proxy* da atividade econômica.

queda na geração de VA da ordem de 1,73% em média ao ano. Conclui-se que, se for excluído o município da análise da microrregião a mesma apresentará um desempenho superior ao mencionado. Desconsiderando-se Presidente Prudente do cômputo da microrregião esta apresentou, conforme dados de Jesus (2003), um crescimento médio anual no seu VA de cerca de 1,82% ao ano.

Considerando-se um outro indicador de atividade econômica, utilizado por Jesus (2003) como forma de comparação do crescimento ou retração da atividade econômica, o IPM, foi possível verificar que a mesma condição apurada com base no VA se repete (Tabela 6).

TABELA 6 – Índices de Participação dos Municípios na arrecadação de ICMS do Estado de São Paulo: Microrregião de Presidente Prudente e Município de Presidente Prudente: 1994-2002 (em índice relativo)

Ano	Microrreg. de Pres. Prudente	Microrreg. sem Pres.Prudente	Município de Pres. Prudente
1994	1,27830495	0,91163355	0,36667140
1995	1,26482121	0,92726522	0,33775559
1996	1,25599269	0,90407286	0,35191983
1997	1,26929603	0,91901616	0,35027987
1998	1,27962621	0,95244516	0,32718105
1999	1,26418264	0,95011011	0,31407253
2000	1,24381624	0,94727431	0,29654193
2001	1,27762586	0,98532518	0,29230068
2002	1,31686932	1,01676995	0,30009937
Var. média anual (%)	0,37	1,37	-2,47

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (2003) apud Jesus (2003, p.32)

Conforme se observa nos dados da Tabela 6, constata-se que a microrregião incluindo o município de Presidente Prudente apresentou um crescimento médio do seu IPM, ou seja, a sua participação na arrecadação tributária que acompanha o movimento da economia, de cerca de 0,37% ao ano. Porém, excluindo-se o município de Presidente Prudente da base de dados, a microrregião apresenta um crescimento bastante superior no seu IPM, de 1,37% ao ano. A análise isolada de Presidente Prudente, conforme aponta Jesus (2003), mostra uma queda média anual de 2,47% para o município quanto ao IPM.

Assim, percebe-se pelas análises que, mesmo utilizando-se de indicadores diferentes, chega-se a um mesmo referencial, ou seja, Presidente Prudente não apresenta uma boa situação econômica, conforme relata Jesus (2003, p. 33):

[...] Presidente Prudente é portadora de uma situação econômica não muito animadora, e que de certa forma realça a situação de depressão em que se encontra a economia local em termos de dinâmica, limitando cada vez mais uma ação em prol de um processo de desenvolvimento não apenas da localidade, mas também da região.

Em se tratando das estruturas econômicas que sustentam a atividade do município, Jesus (2003) também desenvolveu uma análise para caracterizar a composição e relevância dos setores econômicos da economia de Presidente Prudente.

Dentro deste contexto, a autora relata que o setor terciário (comércio e serviços) é a maior fonte de geração de emprego, seguido do setor secundário (indústria) e setor primário (agropecuária) que, apesar de sua pequena participação no volume de emprego da região, foi apontado na pesquisa realizada pela Universidade do Estado de São Paulo (1998) apud Jesus (2003) como uma saída para a melhoria econômica da região, mas não de Presidente Prudente, pois a maior parte da sua população está concentrada urbana.

Considerando-se os dados da pesquisa de Jesus (2003), a Tabela 7 reúne alguns indicadores de distribuição setorial do emprego em Presidente Prudente.

TABELA 7 – Empregos ocupados no Município de Presidente Prudente por setor de atividade econômica^(a): 1995-2001 (em número de empregados)

Ano	Indústria	Comércio	Serviços	Demais empregos	Total
1995	10.594	9.147	17.779	872	38.392
1996	10.142	8.707	17.807	627	37.283
1997	9.605	9.460	18.661	605	38.331
1998	7.664	9.028	18.751	497	35.940
1999	8.364	9.484	18.257	549	36.654
2000	8.909	9.579	19.353	461	38.302
2001	9.270	9.917	20.168	480	39.835

Fonte: SEADE (2003) apud Jesus (2003, p.34).

(a) Inclui pessoal ocupado na Administração Pública.

Analisando a Tabela 7 pode-se concluir que o setor industrial apresentou no período de 1995-2001 uma tendência decrescente de participação nos números de empregados em Presidente Prudente, corroborando a análise apresentada anteriormente de queda da importância econômica do setor. Diferentemente do caso do setor industrial, o setor de comércio e, principalmente, o de serviços, que mostraram elevação nos números de empregados ao longo do período, o que confirma que a grande fonte de geração de empregos no município de Presidente Prudente concentra-se no setor terciário.

Quanto o número de estabelecimentos, Jesus (2003) relata que a partir de 1998 ocorreu um aumento no número de estabelecimentos empresariais em Presidente Prudente e, igualmente ao caso dos empregos, o setor de comércio e serviços é o maior concentrador de estabelecimentos comerciais em Presidente Prudente, com cerca de 75% dos estabelecimentos estando localizados neste segmento produtivo no período 1995-2001.

Outro dado que revela a concentração das atividades produtivas no setor de comércio e serviços em Presidente Prudente está na participação do setor na geração de riqueza (VA). Dados da pesquisa de Jesus (2003) revelam que do total de VA gerado no município entre 1995-2000, tomando-se por base dados da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, cerca de 70% em média advém do setor de comércio e serviços, com o setor industrial sendo responsável por cerca de 20% desse total. O setor primário apresentou geração de VA de cerca de 0,5% em média. Assim, uma vez mais, os dados apontam para a concentração da importância na geração de riqueza local (VA) no setor de comércio e serviços.

Como o setor primário é apontado em vários estudos como a saída para o desenvolvimento econômico desta localidade, em Presidente Prudente o mesmo é pouco representativo como estrutura econômica (Tabela 8).

TABELA 8 – Valor da produção agropecuária¹¹ do Município de Presidente Prudente, Região Administrativa de Presidente Prudente e Estado de São Paulo: 1995-2002 (em R\$(^a))

Ano	Valor da Produção Pres. Prudente (ajustado)	Valor de Produção R.A. Pres. Prudente (ajustado)	Valor da Produção Estado de São Paulo (ajustado)
1995	34.937.209,00	1.225.078.122,06	20.548.526.283,41
1996	20.377.531,85	1.105.818.580,81	19.363.756.549,10
1997	48.886.399,24	1.211.699.949,75	21.232.797.576,40
1998	56.976.345,81	1.245.867.215,80	23.530.346.181,85
1999	48.811.239,01	1.172.320.179,06	19.613.802.348,23
2000	45.321.077,71	1.206.353.263,16	20.476.761.897,26
2001	41.377.739,83	1.213.981.144,27	21.944.027.490,49
2002	42.898.510,52	1.181.888.369,30	20.952.510.358,76

Fonte: IEA (Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 2003) apud Jesus (2003, p.38)

(a) Valores atualizados pelo IGP-DI (ano base: 2002).

¹¹É necessário observar que os dados disponíveis sobre a produção agropecuária de Presidente Prudente, disponibilizados pelo Instituto de Economia Agrícola (Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo), referem-se aos principais produtos do Estado de São Paulo cujos preços médios anuais encontravam-se à disposição nos indicadores de desempenho agropecuário do Estado de São Paulo. Assim, uma pequena parcela da produção agropecuária prudentina não foi possível de ser agregada aos dados apresentados nesta presente pesquisa por indisponibilidade de dados referentes aos valores dos produtos (JESUS, 2003, p. 38).

Analisando-se o município em relação à Região Administrativa e ao Estado de São Paulo, percebe-se que o município de Presidente Prudente apresenta uma pequena participação do total da produção do Estado e da Região Administrativa do qual faz parte, de acordo com os dados do IEA (2003) apud Jesus (2003), possuindo como atividades de maior representatividade a bovinocultura de corte, a cana-de-açúcar para a indústria, o leite, a avicultura de postura, o algodão (em caroço), o milho, a mandioca, a batata doce e o feijão. Merece destaque o fato de que as três primeiras atividades (bovinocultura, cana e leite), somadas representavam 75% de todo o valor da produção do setor em Presidente Prudente ao longo do período 1995-2002, sendo que de 2000 a 2002 essa representatividade ultrapassou 78% do total da produção setorial local.

Ainda no que tange ao setor primário de Presidente Prudente e região, segundo Bertolli (1999), com base nos dados da pesquisa da Universidade de São Paulo (1998), o setor, na Região Administrativa, é composto basicamente por micro e pequenas propriedades, onde predominam a produção agrícola, e as grandes propriedades, com a pecuária de corte como atividade econômica predominante. Uma questão interessante abordada por Bertolli (1999) refere-se a como o resultado da pesquisa propõe um processo de agroindustrialização se a estrutura produtiva possui esta formação, ou seja, grandes propriedades com atividade pecuária de corte e a pequena propriedade com outras culturas que refletem baixa produtividade.

Como conclui Jesus (2003, p. 40 e 41):

Talvez, essa questão seja o ponto de partida para se explicar o baixo dinamismo econômico não só do setor agropecuário como dos outros setores analisados anteriormente, ou seja, o problema de estruturação do sistema produtivo pode ser o responsável pela falta de dinamismo em todas as atividades produtivas do Município de Presidente Prudente.

Considerando todas as análises realizadas até o presente momento neste capítulo, foi possível denotar que a atividade econômica predominante da economia de Presidente Prudente concentra-se recentemente no setor terciário (comércio e serviços) e que os vários estudos realizados com o intuito de “encontrar” a atividade econômica que promova o desenvolvimento, não só de Presidente Prudente mas como de toda a região, apontaram para o desenvolvimento do setor primário (agropecuária). Mesmo assim, a estrutura econômica recente de Presidente Prudente, além de possuir baixo dinamismo,

não tem sido capaz de viabilizar caminhos para o desenvolvimento local a partir destas atividades comprovando-se, assim, que a situação econômica do município é bastante delicada.

Aproveitando-se de recente divulgação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), acerca do PIB dos municípios brasileiros para o período 1999-2002, na próxima seção são apresentados alguns argumentos relativos à evolução da produção econômica não apenas de Presidente Prudente, mas também da sua microrregião, analisadas pela ótica do PIB e do PIB *per capita*, com o intuito de verificar se estes dados revelam a mesma tendência de retração e de baixo dinamismo da economia local como demonstradas nesta seção.

2.3 A produção econômica local recente a partir de dados do PIB e do PIB *per capita* (1999-2002)

2.3.1 A economia local pela ótica da evolução do PIB

A partir dos dados do Produto Interno Bruto (PIB) e do PIB *per capita* publicados recentemente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) para todos os municípios do Brasil, é possível realizar algumas inferências sobre as dimensões e estruturas econômicas dos municípios da microrregião de Presidente Prudente.

O Produto Interno Bruto (PIB), assim, como reflete a situação econômica da região analisada, seria também um indicador capaz de dar uma outra dimensão da produção e, no caso da presente pesquisa, da evolução da economia local ao longo do período 1999-2002, conforme se observa a partir dos dados da Tabela 9 a seguir.

Com relação à microrregião de Presidente Prudente, conforme os dados da Tabela 9, o município prudentino se destaca, pois apresentou em 2002 o maior PIB em relação aos demais municípios, R\$ 1.263.195.000, seguido por Rosana, com R\$ 727.319.000 e Rancharia, com R\$ 226.129.000. Os municípios que apresentaram menor PIB, com base no ano de 2002, foram: Emilianópolis, com R\$ 16.959.000, Santo Expedito, com R\$ 15.618.000 e, o menor de todos, Ribeirão dos Índios, tornado município recentemente, com R\$ 14.561.000.

TABELA 9 – PIB dos municípios que compõem a microrregião geográfica de Presidente Prudente: 1999-2002 (em R\$ ordem decrescente tendo como ano-base 2002)^(a)

Municípios	1999	2000	2001	2002
Presidente Prudente	1.800.754	1.638.413	1.450.078	1.263.195
Rosana	468.822	594.508	793.600	727.319
Rancharia	355.903	294.190	314.242	465.076
Pirapozinho	253.575	210.746	257.023	226.129
Taciba	411.181	264.191	299.939	217.373
Presidente Epitácio	311.708	238.566	220.312	190.666
Presidente Venceslau	229.007	202.067	182.962	172.800
Sandovalina	282.419	167.036	182.100	140.664
Martinópolis	167.672	176.427	141.302	137.096
Teodoro Sampaio	264.099	131.327	119.419	125.421
Álvares Machado	132.109	119.370	111.278	110.718
Regente Feijó	157.939	135.273	120.802	101.092
Santo Anastácio	119.289	113.366	96.240	82.087
Presidente Bernardes	82.858	79.239	87.439	75.844
Mirante do Paranapanema	85.547	74.580	74.755	66.568
João Ramalho	52.843	55.453	59.669	58.646
Tarabai	38.785	40.911	37.224	43.531
Euclides da Cunha Paulista	45.399	52.182	50.902	37.976
Caiuá	28.176	36.024	35.763	37.416
Anhumas	29.191	33.590	36.269	37.307
Narandiba	30.415	28.584	29.832	35.837
Marabá Paulista	32.326	37.945	33.106	33.644
Caiabu	23.001	29.863	31.611	31.079
Estrela do Norte	20.450	17.913	19.924	26.422
Alfredo Marcondes	22.394	37.269	25.610	24.660
Piquerobi	23.905	27.055	24.127	24.011
Indiana	26.890	26.045	25.031	21.419
Emilianópolis	17.791	20.308	20.362	16.959
Santo Expedito	13.180	14.078	13.788	15.618
Ribeirão dos Índios	14.596	17.322	13.995	14.561
TOTAL	5.542.226	4.913.840	4.908.702	4.561.134

Fonte: IBGE (2005).

(a) Valores atualizados com base no IGP-DI (ano-base 2002).

Organizado pela autora.

De forma geral, os dados relativos ao PIB da microrregião revelam que, considerando-se a atualização dos dados apenas pelo IGP-DI (ano-base 2002), houve uma tendência de retração da produção econômica desta região de 1999 a 2002 da ordem de 17,7%. No mesmo sentido, Presidente Prudente apresentou forte retração da sua produção econômica no período, revelando que a tendência de queda do dinamismo econômico analisada anteriormente com relação ao município é corroborada pelos dados de evolução do PIB do município. E da mesma forma, retirando-se os dados de Presidente Prudente do cômputo geral do

PIB microrregional, percebe-se que a retração da atividade econômica dos demais municípios persiste ao longo do período, porém, esta retração se mostra mais “suave”, em cerca de 11,85%, revelando uma vez mais que o maior peso na retração geral do PIB microrregional deveu-se ao mau desempenho atividade econômica de Presidente Prudente (Tabela 10).

TABELA 10 – PIB^(a), variação percentual do PIB^(b) e variação média anual do PIB^(b) dos municípios que compõem a microrregião geográfica de Presidente Prudente: 1999-2002 (em ordem decrescente tendo como base a variação percentual entre 1999 e 2002)

Municípios	1999	2002	Variação % no período	Variação % média anual ^(c)
Rosana	468.822	727.319	55,14	8,82
Caiabu	23.001	31.079	35,12	-18,97
Caiuá	28.176	37.416	32,79	-14,97
Rancharia	355.903	465.076	30,67	5,56
Estrela do Norte	20.450	26.422	29,20	-20,55
Anhumas	29.191	37.307	27,80	-3,71
Santo Expedito	13.180	15.618	18,50	-7,23
Narandiba	30.415	35.837	17,83	-7,94
Tarabai	38.785	43.531	12,24	5,76
João Ramalho	52.843	58.646	10,98	-5,66
Alfredo Marcondes	22.394	24.660	10,12	15,59
Marabá Paulista	32.326	33.644	4,08	-13,69
Piquerobi	23.905	24.011	0,44	3,50
Ribeirão dos Índios	14.596	14.561	-0,24	10,44
Emilianópolis	17.791	16.959	-4,68	-8,87
Presidente Bernardes	82.858	75.844	-8,47	-5,72
Pirapozinho	253.575	226.129	-10,82	3,88
Álvares Machado	132.109	110.718	-16,19	9,23
Euclides da Cunha Paulista	45.399	37.976	-16,35	-6,43
Martinópolis	167.672	137.096	-18,24	-11,60
Indiana	26.890	21.419	-20,35	-21,79
Mirante do Paranapanema	85.547	66.568	-22,19	-2,88
Presidente Venceslau	229.007	172.800	-24,54	8,43
Presidente Prudente	1.800.754	1.263.195	-29,85	-11,04
Santo Anastácio	119.289	82.087	-31,19	0,15
Regente Feijó	157.939	101.092	-35,99	1,33
Presidente Epitácio	311.708	190.666	-38,83	9,81
Taciba	411.181	217.373	-47,13	-1,57
Sandovalina	282.419	140.664	-50,19	3,23
Teodoro Sampaio	264.099	125.421	-52,51	-0,08
TOTAL	5.542.226	4.561.134	-17,70	-6,23

Fonte: IBGE (2005).

(a) Valores em R\$ mil atualizados com base no IGP-DI (ano-base 2002).

(b) Em percentual, tomando-se como base os dados em R\$ atualizados para o PIB.

(c) Média geométrica.

Organizado pela autora.

Analisando-se a variação percentual do PIB da microrregião entre os anos 1999-2002, conforme os dados da Tabela 10, percebe-se que dos 30 municípios que compõem a microrregião, apenas em 13 deles houve crescimento do PIB, dentre os quais se destacam Rosana, com crescimento econômico de 55,14%, Caiabu, com 35,12% e Caiuá, com 32,79%. Os demais 17 municípios da microrregião apresentaram queda do crescimento do PIB entre os anos 1999-2002, sendo as maiores reduções constatadas nos municípios de Taciba, com queda de 47,13%, Sandovalina, com queda de 50,19% e Teodoro Sampaio, com queda de 52,51%. Presidente Prudente também pertence ao grupo de municípios que tiveram queda acentuada na atividade econômica no período, com redução de 29,85% no PIB comparativo 1999/2002, ocupando a 24ª posição no *ranking* de “evolução” do PIB no período. No geral, a microrregião de Presidente Prudente apresentou uma retração do seu PIB entre 1999-2002 da ordem de 17,70%.

Quando se analisa a evolução do PIB pela ótica da variação média anual, a situação dos municípios em questão, em termos de *ranking*, muda bastante. Com base nos dados da Tabela 10, é possível verificar que, dos 13 municípios citados anteriormente que apresentaram evolução no comparativo 1999/2002, quando analisados com base na variação média anual do PIB, apenas os municípios de Alfredo Marcondes, Piqueroibi, Rancharia, Rosana e Tarabai figuram entre os municípios que apresentaram evolução positiva do PIB em termos, também, de média anual.

As maiores evoluções médias anuais de PIB entre os anos 1999-2002 foram apresentadas por Alfredo Marcondes, com evolução média anual de 15,59%, seguido por Ribeirão dos Índios, com 10,44% e Presidente Epitácio, com 9,81%. As maiores retrações médias anuais do PIB foram apresentadas por Caiabu, com queda de 18,97% ao ano, Estrela do Norte, com 20,55%, e a maior retração foi apresentada no município de Indiana, 21,79%. Presidente Prudente apresentou retração média do seu PIB em cerca de 11,04% ao ano. No geral, a microrregião apresentou retração média anual no PIB em cerca de 6,23%.

De uma visão, agora mais panorâmica e comparativa, de acordo com os dados da Tabela 11 a seguir, é possível analisar a microrregião e o município de Presidente Prudente no contexto evolutivo do PIB da 10ª Região Administrativa, da qual todos os municípios da microrregião analisados fazem parte e da qual Presidente Prudente é a sede administrativa.

TABELA 11 – Variação anual média do PIB da 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo, da Microrregião de Presidente Prudente e de Presidente Prudente: 1999-2002 (em %)

Localidade	Varição % média anual^(a)
10ª RA	-5,98
Microrregião de Pres. Prudente ^(b)	-6,23
Microrregião de Pres. Prudente ^(c)	-4,08
Presidente Prudente	-11,04

Fonte: IBGE (2005).

(a) Média geométrica. (b) Incluindo Presidente Prudente. (c) Excluindo Presidente Prudente.

Organizado pela autora.

Analisando-se os dados da Tabela 11 percebe-se que a condição econômica entre os anos 1999-2002 não foi das mais promissoras para os municípios da 10ª RA, uma vez que, em média, houve uma retração anual do PIB da região como um todo em cerca de 6% ao ano. O mesmo movimento aconteceu com a microrregião que também apresentou retração do seu PIB no período, na média de 6,23% ao ano, superior à queda da RA. Calculando-se a variação percentual média anual do PIB da microrregião, excluindo Presidente Prudente, os municípios também apresentaram retração, porém em menor proporção, 4,08% ao ano, enquanto Presidente Prudente isoladamente apresentou uma queda substancial no PIB da ordem de 11% ao ano no período 1999-2002.

Assim, é possível notar que a condição econômica, tanto da microrregião, como, e principalmente, de Presidente Prudente, piorou bastante nos últimos anos, considerando-se a análise realizada a partir de dados do PIB.

Assim sendo, constata-se que mesmo utilizando-se diferentes indicadores, porém, que tenham como base dados relacionados a renda e/ou a atividade econômica do município¹², chega-se a mesma conclusão, ou seja, o município de Presidente Prudente encontra-se em uma situação delicada quando se refere à sua situação econômica, com as atividades produtivas a apresentar baixo dinamismo e indicadores de retração econômica, elementos esses que dificultam o desenvolvimento econômico não só do município, como também da região.

Finalizando-se a análise estritamente dos indicadores econômicos microrregionais e de Presidente Prudente, ainda com base nos recentes dados publicados pelo IBGE, na próxima seção estão expostos dados da evolução do

¹² Como o análise realizada no item 2.2 da presente pesquisa a partir de dados referente ao VA e ao IPM de Presidente Prudente para o período de 1994 à 2002 e a análise a partir do PIB no período de 1999 à 2002 aqui exposta.

PIB *per capita* referente a esta região para o mesmo período analisado, 1999-2002.

2.3.2 A economia local pela ótica da evolução do PIB *per capita*

Quando se analisa a economia local pela ótica da evolução do PIB *per capita*, percebe-se que os municípios não apresentam a mesma disposição no *ranking* já apresentado anteriormente (ver Tabela 10), pois o PIB *per capita* depende da quantidade da população da região ou do município analisado. Importante lembrar que o grau de concentração de renda não é considerado no cômputo do PIB *per capita* estimada pelo IBGE. Assim, um município pode apresentar um elevado PIB *per capita*, mas se seu grau de concentração de renda for elevado, este resultado não refletirá de perto a realidade do PIB *per capita* apropriado pelos habitantes daquela localidade. Os dados de PIB *per capita* dos municípios da microrregião de Presidente Prudente para o período 1999-2002 estão apresentados na Tabela 12 a seguir.

Na microrregião, conforme dados Tabela 12, os municípios que apresentaram os maiores PIB *per capita* no período 1999-2002, tomando como base do *ranking* o ano de 2002, foram Sandovalina (R\$ 42.807), Taciba (R\$ 40.585) e Rosana (R\$ 28.825). Os menores PIB *per capita* apresentados foram os dos municípios de Mirante do Paranapanema (R\$ 4.032), Santo Anastácio (R\$ 3.916) e Euclides da Cunha Paulista (R\$ 3.652). Presidente Prudente ocupa a 16ª posição no geral da microrregião com um PIB *per capita* de R\$ 6.445.

De forma geral, não apenas quanto ao município de Presidente Prudente, mas também para todos os demais municípios da microrregião, a tendência de evolução do indicador PIB *per capita* aponta para a mesma realidade dos dados apresentados anteriormente, ou seja, a condição da maioria dos municípios desta região piorou, sendo a condição especificamente do município prudentino destaca-se em relação às demais localidade pela forte retração do indicador analisado, passando de R\$ 9.573 em 1999 para R\$ 6.445 em 2002 (ver Tabela 13 adiante).

TABELA 12 – PIB *per capita* dos municípios que compõem a microrregião geográfica de Presidente Prudente: 1999-2002 (em R\$^(a) ordem decrescente – ano-base 2002)

MUNICÍPIOS	1999	2000	2001	2002
Sandovalina	92.354	53.315	56.747	42.807
Taciba	79.073	50.312	56.560	40.585
Rosana	19.477	24.311	31.947	28.825
Rancharia	12.406	10.182	10.799	15.870
João Ramalho	13.884	14.244	14.992	14.416
Anhumas	8.578	9.816	10.540	10.785
Estrela do Norte	7.770	6.850	7.669	10.237
Pirapozinho	11.498	9.503	11.526	10.085
Narandiba	8.187	7.558	7.750	9.149
Marabá Paulista	8.760	10.222	8.864	8.953
Caiuá	6.785	8.482	8.238	8.435
Caiabu	5.655	7.300	7.680	7.505
Tarabai	6.761	6.987	6.231	7.143
Piquerobi	6.893	7.748	6.864	6.787
Alfredo Marcondes	6.072	10.046	6.860	6.566
Presidente Prudente	9.573	8.591	7.500	6.445
Ribeirão dos Índios	6.590	7.764	6.226	6.431
Teodoro Sampaio	13.235	6.543	5.915	6.176
Santo Expedito	5.247	5.529	5.346	5.977
Martinópolis	7.545	7.835	6.194	5.932
Emilianópolis	6.149	7.022	7.043	5.868
Regente Feijó	9.343	7.897	6.961	5.750
Presidente Bernardes	5.673	5.375	5.876	5.049
Presidente Epitácio	7.973	6.027	5.497	4.699
Álvares Machado	5.875	5.211	4.771	4.662
Presidente Venceslau	6.141	5.399	4.871	4.584
Indiana	5.468	5.260	5.020	4.266
Mirante do Paranapanema	5.292	4.581	4.560	4.032
Santo Anastácio	5.759	5.451	4.609	3.916
Euclides da Cunha Paulista	4.458	5.088	4.929	3.652

Fonte: IBGE (2005).

(a) Atualizados com base no IGP-DI (ano-base 2002).

Organizado pela autora.

Em termos de evolução no período, como demonstra os dados da Tabela 13 a seguir, os municípios de Rosana (47,99%), Caiabu (32,71%) e Estrela do Norte (31,76%) merecem destaque pois apresentaram grande evolução do indicador PIB *per capita* no período analisado. Já os municípios de: Taciba (-48,67%), Teodoro Sampaio (-53,34%) e Sandovalina (-53,65%) apresentaram queda significativa. Presidente Prudente, pertence a este grupo (25ª posição no *ranking*) com queda de -32,68%.

TABELA 13 – PIB *per capita* dos municípios que compõem a microrregião geográfica de Presidente Prudente: 1999 e 2002 (em R\$^(a) ordem decrescente tendo como base a variação média anual^(b))

MUNICÍPIOS	1999	2002	Varição % no Período	Varição % Média Anual
Rosana	19.477	28.825	47,99%	13,81%
Caiabu	5.655	7.505	32,71%	9,79%
Estrela do Norte	7.770	10.237	31,76%	9,53%
Rancharia	12.406	15.870	27,92%	8,46%
Anhumas	8.578	10.785	25,73%	7,85%
Caiuá	6.785	8.435	24,32%	7,45%
Santo Expedito	5.247	5.977	13,92%	4,40%
Narandiba	8.187	9.149	11,75%	3,73%
Alfredo Marcondes	6.072	6.566	8,12%	2,61%
Tarabai	6.761	7.143	5,66%	1,83%
João Ramalho	13.884	14.416	3,83%	1,25%
Marabá Paulista	8.760	8.953	2,20%	0,72%
Piquerobi	6.893	6.787	-1,55%	-0,51%
Ribeirão dos Índios	6.590	6.431	-2,40%	-0,80%
Emilianópolis	6.149	5.868	-4,57%	-1,53%
Presidente Bernardes	5.673	5.049	-11,01%	-3,77%
Pirapozinho	11.498	10.085	-12,29%	-4,24%
Euclides da Cunha Paulista	4.458	3.652	-18,09%	-6,37%
Álvares Machado	5.875	4.662	-20,65%	-7,35%
Martinópolis	7.545	5.932	-21,38%	-7,63%
Indiana	5.468	4.266	-21,98%	-7,87%
Mirante do Paranapanema	5.292	4.032	-23,81%	-8,58%
Presidente Venceslau	6.141	4.584	-25,36%	-9,20%
Santo Anastácio	5.759	3.916	-32,00%	-11,95%
Presidente Prudente	9.573	6.445	-32,67%	-12,24%
Regente Feijó	9.343	5.750	-38,46%	-14,80%
Presidente Epitácio	7.973	4.699	-41,06%	-16,01%
Taciba	79.073	40.585	-48,67%	-19,76%
Teodoro Sampaio	13.235	6.176	-53,34%	-22,24%
Sandovalina	92.354	42.807	-53,65%	-22,41%

Fonte: IBGE (2005).

(a) Atualizados com base no IGP-DI (ano-base 2002).

(b) Média geométrica

Organizado pela autora.

Como já mencionado anteriormente, os dados econômicos tanto da microrregião como do município de Presidente Prudente, também quando se toma como base o indicador PIB *per capita*, revelando que o município não ocupa posição de destaque, uma vez que apresentou para este indicador uma queda média anual de 12,24% no período 1999-02, uma das maiores retrações conforme se observa nos dados da Tabela 13, um dado preocupante, pois o município ocupou a 16ª posição no *ranking* do PIB *per capita* da microrregião (Tabela 12), e na 25ª posição no *ranking* da evolução deste indicador no período

(Tabela 13), posicionando-se acima somente de cinco municípios que, igualmente a Presidente Prudente, também apresentaram queda no PIB *per capita* entre os anos 1999-02.¹³

Assim, ao longo do presente capítulo e, especialmente ao seu término, foi possível diagnosticar com base nos dados apresentados que a situação econômica microrregional e, em especial, de Presidente Prudente nos últimos anos refletem perda de dinamismo econômico e, ademais, de forte retração na atividade produtiva configurando um cenário em que uma conotação efetiva de desenvolvimento econômico não pode lhe ser atribuída.

Entretanto, mesmo com esses indicadores, não é possível prescindir de considerar que Presidente Prudente, pelo tamanho e relevância de sua economia, foi e continuará sendo uma referência como pólo econômico regional. Ademais, como é possível verificar intuitivamente, a cidade se mostra para muitas cidades e populações do seu entorno como um “modelo a ser seguido”, em que pese o seu “desenvolvimento” e “pujança” econômica e social.

Procurando arrematar a análise a que se propôs a partir da presente pesquisa, qual seja, diferenciar e contrapor nuances econômicas e de desenvolvimento humano no nível da economia de Presidente Prudente, no capítulo a seguir são analisados os dados disponibilizados pelo PNUD acerca dos indicadores de desenvolvimento humano dos municípios brasileiros para os anos de 1991 e 2000. Com base nesses dados para os municípios analisados da microrregião, e especialmente para Presidente Prudente, foi possível diagnosticar e contrapor informações relativas não apenas ao comportamento econômico desta localidade, mas principalmente se esses dados estão de acordo com os indicadores de desenvolvimento humano, que os mesmos nem sempre revelam.

¹³ Retrações no PIB *per capita*: Regente Feijó (14,80%), Presidente Epitácio (16,01%), Taciba (19,76%), Teodoro Sampaio (22,24%) e Sandovalina (22,41%).

3 A ECONOMIA LOCAL E O DESENVOLVIMENTO HUMANO

3.1 O desenvolvimento humano local pela ótica do IDH¹⁴

O IDH municipal, desenvolvido para o Brasil recentemente pelo PNUD em parceria com a Fundação João Pinheiro e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA)¹⁵, tem o mesmo objetivo do IDH nacional, como já observado anteriormente, de servir de instrumento para a avaliação dos municípios, propiciando que as políticas públicas adotadas nestas localidades sejam voltadas para corrigir as falhas apontadas pelos indicadores.

Analisando-se a questão do IDH é importante mencionar que, quanto mais próximo do valor máximo (1,00) estiver, mais próximo do ideal de desenvolvimento estará a localidade. Assim, é importante observar que, à medida que se chega próximo do valor máximo, sua evolução torna-se mais difícil pois, teoricamente, não se tem muito a melhorar. O inverso também se aplica.

Nesse sentido, a fim de proporcionar uma dimensão das condições de desenvolvimento da localidade de Presidente Prudente e sua microrregião, os dados da Tabela 14 a seguir revelam os indicadores de desenvolvimento humano, especificamente o IDH para todos os municípios da microrregião em 1991 e 2000, com as suas respectivas colocações no *ranking* da Unidade da Federação e do Brasil, além da evolução do IDH de cada município no período.

Analisando o IDH da microrregião geográfica de Presidente Prudente, conforme os dados da Tabela 14, o município de Presidente Prudente apresenta o melhor IDH microrregional, como também estava bem posicionado tanto com relação à Unidade da Federação (estava na 16ª posição em 1991, passando para a 14ª em 2000) quanto como a nível nacional (30ª posição em 1991, passando para 47ª em 2000). Já o município de Caiuá ocupava a última posição de IDH dentro da microrregião.

¹⁴ Em todas as referências aos dados sobre o IDH dos municípios, sejam os índices finais ou parciais, a ordenação dos municípios foi feita em ordem decrescente do indicador tomando como referência o ano de 2000.

¹⁵ Os institutos parceiros desenvolvem estatísticas sobre o IDH com uma periodicidade não é anual dadas as limitações de dados disponíveis no Brasil. Assim, os dados analisados no presente capítulo referem-se aos dados disponíveis publicados pelo PNUD para os anos de 1991 e 2000, impossibilitando-se uma análise mais apurada da evolução dos indicadores do IDH municipal para os anos compreendidos entre 1991-2000.

TABELA 14 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios que compõem a microrregião geográfica de Presidente Prudente: 1991 e 2000 (em ordem decrescente – ano-base 2000)

Municípios	IDH-1991	Classific. na UF (1991)	Classific. Nacional (1991)	IDH-2000	Classific. na UF (2000)	Classific. Nacional (2000)	Evolução
Presidente Prudente	0,792752	16	30	0,845932	14	47	0,053180
Presidente Venceslau	0,769016	53	106	0,818675	72	246	0,049659
Rosana	0,750273	143	300	0,814484	89	305	0,064211
Alfredo Marcondes	0,733175	245	546	0,799067	176	581	0,065892
Regente Feijó	0,726275	280	664	0,797448	190	621	0,071173
Santo Anastácio	0,726171	281	668	0,792277	223	747	0,066107
Presidente Bernardes	0,612063	532	2973	0,789838	249	813	0,177775
Indiana	0,698226	475	1285	0,788999	251	823	0,090773
Rancharia	0,740901	199	432	0,788866	253	828	0,047965
Santo Expedito	0,702841	445	1177	0,784878	284	940	0,082037
Pirapozinho	0,718393	330	819	0,782857	295	987	0,064465
Caiabu	0,696896	479	1306	0,779200	325	1082	0,082304
João Ramalho	0,709660	396	1013	0,776464	345	1148	0,066803
Sandovalina	0,699179	465	1264	0,772671	375	1256	0,073492
Álvares Machado	0,727578	274	644	0,772383	377	1264	0,044805
Taciba	0,673473	574	1828	0,767765	416	1389	0,094291
Presidente Epitácio	0,698941	469	1268	0,766297	424	1427	0,067357
Tarabai	0,686310	526	1535	0,763347	447	1502	0,077037
Narandiba	0,706820	412	1086	0,763157	451	1510	0,056337
Teodoro Sampaio	0,589141	39	3300	0,757350	491	1669	0,168209
Ribeirão dos Índios	0,707038	410	1080	0,753656	518	1775	0,046619
Anhumas	0,699359	464	1259	0,751502	528	1839	0,052143
Emilianópolis	0,678052	560	1718	0,751229	529	1845	0,073176
Martinópolis	0,702320	448	1194	0,750232	536	1876	0,047912
Estrela do Norte	0,647383	129	2390	0,745934	87	1993	0,098551
Piquerobi	0,690236	505	1455	0,744126	564	2044	0,053889
Euclides da Cunha Paulista	0,681921	550	1635	0,737501	587	2230	0,055580
Mirante do Paranapanema	0,654187	606	2256	0,735353	595	2293	0,081167
Marabá Paulista	0,641943	620	2493	0,727633	613	2479	0,085690
Caiuá	0,623339	632	2800	0,709941	627	2821	0,086602

Fonte: IPEA/Fundação João Pinheiro/PNUD (2002).
Organizado pela autora.

Quanto à análise com base na evolução do IDH no período de 1991 a 2000, os municípios de Presidente Bernardes e de Teodoro Sampaio foram os que apresentaram o melhor desempenho, com uma evolução de 0,177775 e de 0,168209, respectivamente com relação a avançar para próximo de 1,00 com relação ao valor do IDH. Presidente Prudente, apesar de possuir o melhor IDH dentro da microrregião, a evolução deste seu indicador no período 1991-2000 foi de apenas 0,053180, aliás, foi dentro da margem de evolução contida entre 0,05 e 0,10 que a maioria dos municípios da microrregião de Presidente Prudente melhorou o seu IDH, embora Presidente Venceslau, Rancharia, Martinópolis,

Ribeirão dos Índios e Álvares Machado tenham conseguido apenas uma pequena evolução (entre 0,00 e 0,05). Finalmente, é importante ressaltar que nenhum dos municípios da microrregião piorou a sua condição de desenvolvimento humano entre 1991-2000 pela ótica do IDH.

Agrupando-se os municípios da microrregião com base nos graus de desenvolvimento humano propostos pelo PNUD (elevado, médio e baixo desenvolvimento humano), é possível observar que a evolução do IDH dos municípios da microrregião de Presidente Prudente conduziu a algumas alterações nas condições de alguns municípios (Tabelas 15 e 16)

TABELA 15 – Municípios da Microrregião de Presidente Prudente agrupados por grau de desenvolvimento humano (ano-base: 1991)

Classificação	Municípios com Desenvolvimento Humano Médio	IDH – 1991
1	Presidente Prudente	0,792752
2	Presidente Venceslau	0,769016
3	Rosana	0,750273
4	Rancharia	0,740901
5	Alfredo Marcondes	0,733175
6	Álvares Machado	0,727578
7	Regente Feijó	0,726275
8	Santo Anastácio	0,726171
9	Pirapozinho	0,718393
10	João Ramalho	0,709660
11	Ribeirão dos Índios	0,707038
12	Narandiba	0,706820
13	Santo Expedito	0,702841
14	Martinópolis	0,702320
15	Anhumas	0,699359
16	Sandovalina	0,699179
17	Presidente Epitácio	0,698941
18	Indiana	0,698226
19	Caiabu	0,696896
20	Piquerobi	0,690236
21	Tarabai	0,686310
22	Euclides da Cunha Paulista	0,681921
23	Emilianópolis	0,678052
24	Taciba	0,673473
25	Mirante do Paranapanema	0,654187
26	Estrela do Norte	0,647383
27	Marabá Paulista	0,641943
28	Caiuá	0,623339
29	Presidente Bernardes	0,612063
30	Teodoro Sampaio	0,589141

Fonte: IPEA/Fundação João Pinheiro/PNUD (2002).
Organizado pela autora.

Conforme se observa a partir dos dados da Tabela 15, todos os 30 municípios da microrregião de Presidente Prudente estavam na condição de desenvolvimento humano médio, ou seja, com o IDH compreendido entre os valores de 0,500 e 0,799. Já no que diz respeito ao ano de 2000, além do aumento dos valores de IDH de todos os municípios da microrregião, conforme já observado anteriormente, foi possível verificar uma evolução no grau de desenvolvimento humano de alguns municípios (Tabela 16).

TABELA 16 – Municípios da Microrregião de Presidente Prudente agrupados por grau de desenvolvimento humano (ano-base: 2000)

Classificação	Municípios com Desenvolvimento Humano Elevado	IDH – 2000
1	Presidente Prudente	0,845932
2	Presidente Venceslau	0,818675
3	Rosana	0,814484
Classificação	Municípios com Desenvolvimento Humano Médio	IDH – 2000
4	Alfredo Marcondes	0,799067
5	Regente Feijó	0,797448
6	Santo Anastácio	0,792277
7	Presidente Bernardes	0,789838
8	Indiana	0,788999
9	Rancharia	0,788866
10	Santo Expedito	0,784878
11	Pirapozinho	0,782857
12	Caiabu	0,779200
13	João Ramalho	0,776464
14	Sandovalina	0,772671
15	Álvares Machado	0,772383
16	Taciba	0,767765
17	Presidente Epitácio	0,766297
18	Tarabai	0,763347
19	Narandiba	0,763157
20	Teodoro Sampaio	0,757350
21	Ribeirão dos Índios	0,753656
22	Anhumas	0,751502
23	Emilianópolis	0,751229
24	Martinópolis	0,750232
25	Estrela do Norte	0,745934
26	Piquerobi	0,744126
27	Euclides da Cunha Paulista	0,737501
28	Mirante do Paranapanema	0,735353
29	Marabá Paulista	0,727633
30	Caiuá	0,709941

Fonte: IPEA/Fundação João Pinheiro/PNUD (2002).
Organizado pela autora.

Analisando-se os dados da Tabela 16 percebe-se que Presidente Prudente, Presidente Venceslau e Rosana mantiveram suas posições como os

três municípios da microrregião com o maior IDH e, além disso, conseguiram elevar seu grau de desenvolvimento para acima de 0,800 atingindo, conforme classificação do PNUD, o *status* de municípios com desenvolvimento humano elevado, enquanto os demais municípios, mesmo melhorando o seu indicador de desenvolvimento humano, mantiveram-se na condição de desenvolvimento humano médio.

No que diz respeito a uma comparação entre os índices de 1991 e 2000 (Tabela 15 e Tabela 16), vale ressaltar que, dentro do *ranking* microrregional, houve uma relativa mobilidade entre os municípios para cima ou para baixo na classificação. Os municípios de Indiana, Caiabu, Taciba, Presidente Bernardes e Teodoro apresentaram evolução sendo que Presidente Bernardes destacou-se, passando da 29ª para a 7ª posição no *ranking* do IDH da microrregião. Já os municípios de Álvares Machado, Ribeirão dos Índios, Narandiba, Martinópolis e Piquerobi apresentaram queda no período analisado.

Assim, de forma geral, é possível analisar que, em termos de IDH, tanto Presidente Prudente quanto a sua microrregião apresentaram melhora nas condições de desenvolvimento humano entre os anos 1991-2000 a partir da exposição dos dados desta presente seção.

Entretanto, como o IDH é um indicador composto por três índices parciais (renda, longevidade e educação), nas seções a seguir são apresentadas algumas dessas dimensões do IDH em nível parcial para todos os municípios da microrregião no sentido de verificar como evoluíram as dimensões parciais constitutivas do IDH a fim de poder sustentar qual(is) foi(ram) a(s) maior(es) responsável(eis) pela evolução do desenvolvimento humano no nível da microrregião e, mais detidamente, no nível do município de Presidente Prudente, foco maior da presente pesquisa.

3.1.1 O Indicador Renda (IR) local

O Indicador Renda (IR) como indicador parcial para a obtenção do IDH, como mencionado anteriormente¹⁶, teve a metodologia de cálculo alterada em 1998, pois anteriormente ocorria uma relação de linearidade entre o crescimento do IDH e o crescimento da renda para os rendimentos inferiores a média mundial

¹⁶ Ver seção 1.2.2.

e, para as rendas superiores, o desconto dado com relação aos rendimentos proporcionados pelo aumento gradativo acima da média mundial era drástico. Então, a partir de 1999, com a nova metodologia o desconto passou a ser em todos os níveis de renda, em escala logarítmica, desta forma, a relação de linearidade entre IDH e crescimento da renda deixou de existir. Considerando-se essas colocações a seguir está apresentada uma análise da evolução do IR dos municípios da microrregião de Presidente Prudente entre 1991 e 2000.

TABELA 17 – Indicador Renda (IR) dos municípios da Microrregião de Presidente Prudente: 1991 e 2000

Municípios	1991	2000	Evolução
Presidente Prudente	0,75637667	0,80416925	0,04779258
Presidente Venceslau	0,68971807	0,75739294	0,06767487
Rosana	0,69032096	0,72253624	0,03221529
Regente Feijó	0,66259608	0,72197594	0,05937985
Pirapozinho	0,66812503	0,72103770	0,05291268
Presidente Epitácio	0,68137748	0,72007253	0,03869505
Rancharia	0,65291969	0,70217820	0,04925851
Santo Anastácio	0,66119206	0,70188313	0,04069107
Presidente Bernardes	0,49939200	0,69934868	0,19995668
Álvares Machado	0,64004065	0,69932057	0,05927992
Indiana	0,63151926	0,69834581	0,06682656
Emilianópolis	0,60630143	0,69824271	0,09194128
Teodoro Sampaio	0,50188761	0,69631273	0,19442512
Alfredo Marcondes	0,65170347	0,68569797	0,03399450
Martinópolis	0,67530625	0,68295288	0,00764663
Taciba	0,61952924	0,67455579	0,05502654
Santo Expedito	0,61435789	0,66743611	0,05307822
João Ramalho	0,62275128	0,66529363	0,04254235
Piquerobi	0,61473740	0,66408016	0,04934276
Sandovalina	0,60168859	0,65550673	0,05381813
Mirante do Paranapanema	0,59432672	0,65333261	0,05900589
Caiabu	0,58082298	0,64612593	0,06530295
Anhumas	0,60375896	0,64266041	0,03890146
Narandiba	0,59083008	0,64139749	0,05056741
Tarabai	0,62129831	0,64001830	0,01871999
Marabá Paulista	0,58619149	0,63435229	0,04816079
Ribeirão dos Índios	0,63088369	0,63340441	0,00252072
Estrela do Norte	0,55553287	0,62935676	0,07382389
Caiuá	0,58970895	0,62779208	0,03808314
Euclides da Cunha Paulista	0,57409565	0,60270742	0,02861177

Fonte: IPEA/Fundação João Pinheiro/PNUD (2002).

Organizado pela autora.

Observando-se os dados da Tabela 17 percebe-se que os municípios com melhores indicadores de renda (IR) em 2000 eram os mesmos que lideravam o *ranking* do IDH microrregional, expostos anteriormente: Presidente Prudente,

Presidente Venceslau e Rosana, respectivamente. Já os municípios com os menores IR foram os de Caiuá e Euclides da Cunha Paulista.

Quanto à evolução do IR dos municípios, mesmo considerando-se a relativa impropriedade na comparação dos dados entre os períodos destacados em virtude de mudanças metodológicas, pode-se destacar que todos eles apresentaram evolução, sendo as mais representativas as dos municípios de Presidente Bernardes (0,19995668) e Teodoro Sampaio (0,19442512), e a menos expressiva a do município de Tarabai (0,01871999).

Como houve alteração na metodologia de cálculo do Indicador Renda em 1998, não é aconselhável ser realizada aqui uma análise mais detalhada da evolução deste indicador entre os anos de 1991 e 2000 além de apresentar que, em tese, aconteceram alterações no indicador dos municípios permitindo que se aponte se os mesmos melhoram a sua posição nos anos especificados em comparação com os demais municípios.

Mesmo assim, é possível analisar como evoluiu a renda *per capita* dos municípios da microrregião (Tabela 18 a seguir) a fim de associar essa evolução aos indicadores de IR expostos acima.

O *ranking* dos municípios, apresentados na Tabela 18, segue a mesma seqüência da Tabela 17, pois o IR é calculado considerando os dados de seu indicador parcial, a renda *per capita*. Assim, Presidente Prudente possuía a maior renda *per capita* da microrregião em 2000 (US\$ 482,62), seguida de Presidente Venceslau (US\$ 364,66) e Rosana (US\$ 295,93). Os municípios que apresentaram as menores rendas *per capita* da microrregião foram: Caiuá (US\$ 167,75) e Euclides da Cunha Paulista (US\$ 144,34).

Considerando a evolução percentual no período, os municípios que destacaram-se foram: Presidente Bernardes (2,31%) e Teodoro Sampaio (2,20%). Sendo que, Ribeirão dos Índios apresentou a menor evolução, dentre os municípios da microrregião, com apenas (0,02%).

Além da questão citada de não ser aconselhável proceder à comparação entre os dados de 1991 e 2000 do IR, outro agravante, ao analisarmos a renda *per capita* é que não há disponibilidade de um referencial que remeta a uma questão presente também na dimensão regional relativa ao grau de concentração de renda dos municípios.

No caso específico de Presidente Prudente, especificamente, houve melhora, ainda que muito pequena, no seu IR (0,04779258) como também o

mesmo município sustentava-se como a localidade a apresentar a maior renda *per capita* dentre todos os municípios analisados, reforçando a tese de que o município era o “mais rico” da região.

TABELA 18 – Indicador parcial (renda *per capita*) para o índice de renda dos municípios da Microrregião de Presidente Prudente: 1991 e 2000 (em US\$ PPP)

Municípios	1991	2000
Presidente Prudente	362,4502394	482,6224825
Presidente Venceslau	243,1077115	364,6639256
Rosana	243,9874409	295,9331238
Regente Feijó	206,6453721	294,9413253
Pirapozinho	213,6054513	293,2879973
Presidente Epitácio	231,2575946	291,5968661
Rancharia	195,0056200	261,9514067
Santo Anastácio	204,9143302	261,4887054
Presidente Bernardes	77,7246664	257,5479755
Álvares Machado	180,5240605	257,5046097
Indiana	171,5386234	256,0051072
Emilianópolis	147,4835665	255,8470119
Teodoro Sampaio	78,8955679	252,9055924
Alfredo Marcondes	193,5897868	237,3220983
Martinópolis	222,9966305	233,4507622
Taciba	159,6478919	221,9962035
Santo Expedito	154,7772072	212,7255842
João Ramalho	162,7597930	210,0123675
Piquerobi	155,1295454	208,4910128
Sandovalina	143,4632758	198,0517820
Mirante do Paranapanema	137,2728706	195,4886669
Caiabu	126,6039245	187,2273842
Anhumas	145,2539501	183,3799597
Narandiba	134,4269156	181,9976039
Tarabai	161,3490493	180,4998895
Marabá Paulista	130,7423696	174,4751696
Ribeirão dos Índios	170,8866509	173,4871017
Estrela do Norte	108,8029778	169,3304160
Caiuá	133,5269670	167,7504113
Euclides da Cunha Paulista	121,6024318	144,3416916

Fonte: IPEA/Fundação João Pinheiro/PNUD (2002).
Organizado pela autora.

De qualquer forma, a análise dos dados de evolução da renda *per capita* e do indicador IR dos municípios da microrregião aponta para uma melhora desses indicadores em todos os municípios analisados, ficando comprometida uma análise mais detalhada de quanto foi essa evolução em virtude das limitações apresentadas relativas à análise comparativa entre anos anteriores e posteriores à mudança de cômputo do IR pelo PNUD.

3.1.2 O Indicador Longevidade (IL) local

O Indicador Longevidade (IL) é baseado na esperança de vida ao nascer, como mencionado anteriormente¹⁷ o PNUD convencionou nos seus parâmetros de mensuração dessa variável que a esperança de vida mínima desejável é de 25 anos e a máxima é de 85 anos. Sendo assim, a meta para os municípios é de condicionar aos seus habitantes a esperança 85 anos de vida. Os referenciais das Tabelas 19 e 20 contemplam os dados do IL e seu indicador parcial esperança de vida ao nascer para os municípios da microrregião de Presidente Prudente.

TABELA 19 – Indicador Longevidade (IL) dos municípios da Microrregião de Presidente Prudente: 1991 e 2000

Municípios	1991	2000	Evolução
Santo Expedito	0,7303868383	0,8549964057	0,1246095673
Alfredo Marcondes	0,7815040219	0,8532283782	0,0717243563
Caiabu	0,7815040219	0,8522848621	0,0707808402
João Ramalho	0,7621292443	0,8297414130	0,0676121687
Narandiba	0,7815040219	0,8177287508	0,0362247288
Sandovalina	0,7815040219	0,8159565295	0,0344525075
Rosana	0,7108818029	0,8097455082	0,0988637053
Presidente Prudente	0,7663207471	0,8096227668	0,0433020197
Santo Anastácio	0,7216085550	0,8096227668	0,0880142117
Presidente Bernardes	0,6630022992	0,8053482710	0,1423459719
Presidente Venceslau	0,7707840534	0,8053482710	0,0345642176
Rancharia	0,7709592255	0,8053482710	0,0343890456
Regente Feijó	0,7320157263	0,8053482710	0,0733325448
Tarabai	0,6932521840	0,8037825614	0,1105303774
Indiana	0,6702401272	0,7864269751	0,1161868479
Taciba	0,6684912123	0,7864269751	0,1179357628
Estrela do Norte	0,6524155349	0,7839761619	0,1315606269
Anhumas	0,7396427505	0,7829498235	0,0433070730
Euclides da Cunha Paulista	0,7413220088	0,7829498235	0,0416278146
Ribeirão dos Índios	0,7523088476	0,7829498235	0,0306409759
Álvares Machado	0,7517108813	0,7630192107	0,0113083293
Pirapozinho	0,7185792354	0,7630192107	0,0444399752
Emilianópolis	0,6932521840	0,7393427639	0,0460905799
Piquerobi	0,7199762225	0,7393427639	0,0193665414
Teodoro Sampaio	0,6421436303	0,7393427639	0,0971991336
Marabá Paulista	0,6257832954	0,7285481662	0,1027648708
Martinópolis	0,6539376003	0,7285481662	0,0746105659
Mirante do Paranapanema	0,6027942440	0,7285481662	0,1257539222
Presidente Epitácio	0,6151043984	0,7189001548	0,1037957564
Caiuá	0,5481236367	0,6734803271	0,1253566904

Fonte: IPEA/Fundação João Pinheiro/PNUD (2002).
Organizado pela autora.

¹⁷ Ver seção 1.2.3.

Analisando-se os dados da Tabela 19, os municípios que possuíam o melhor Indicador Longevidade (IL) no ano de 2000 na microrregião de Presidente Prudente foram: Santo Expedito (0,8549964057), Alfredo Marcondes (0,8532283782) e Caiabu (0,8522848621), respectivamente. Presidente Prudente ocupava a 8ª posição no *ranking* da microrregião (0,8096227668), sendo Caiuá (0,6734803271) o município com a mais baixa referência relativa a este indicador.

Considerando-se a questão da evolução do IL no período, novamente Presidente Bernardes destaca-se como o município que mais evoluiu com respeito ao IL entre 1991-2000 (0,1423459719), seguido de Estrela do Norte, Mirante do Paranapanema, Caiuá e Santo Expedito, todos com evolução do IL acima de 0,12, enquanto Presidente Prudente ocuparia apenas a 22ª posição em termos de evolução (0,0433020197), ficando em último lugar o município de Álvares Machado (0,0113083293).

O cálculo do IL considera os dados da esperança de vida ao nascer, seu indicador parcial, que apresentou dados relativos a esperança de vida em anos para os dois anos considerados conforme expostos nos dados da Tabela 20 a seguir.

Como era de se esperar, a partir da análise dos dados da Tabela 20, a ordenação do *ranking* dos municípios com base no IL é exatamente o mesmo quando se toma como base os dados de esperança de vida ao nascer nos municípios, uma vez que o IL é calculado tomando-se como referência o valor observado nos municípios com relação aos valores extremos segundo a metodologia do PNUD.

Com relação ao *ranking* da esperança de vida nos municípios da microrregião de Presidente Prudente, os municípios que apresentaram o melhor desempenho quanto à esperança de vida ao nascer em 2000 foram os de Santo Expedito, Alfredo Marcondes e Caiabu, apresentando uma esperança de vida da população como 76,29, 76,19 e 76,13 anos, respectivamente. A menor esperança de vida foi apresentada pelo município de Caiuá: 65,40 anos. Presidente Prudente apresentou em 2000 uma esperança de vida de 73,57 anos.

De forma geral, quanto à esperança de vida tomada como patamar máximo ideal pelo PNUD sendo o de 85 anos, partindo deste princípio é possível verificar que muito ainda precisa ser feito para que esse objetivo seja atingido pelos municípios analisados, embora todos os municípios analisados tenham apresentado evolução da esperança de vida da sua população entre 1991 e 2000.

TABELA 20 – Indicador parcial (esperança de vida ao nascer) para o índice de longevidade dos municípios da Microrregião de Presidente Prudente: 1991 e 2000 (em anos)

Municípios	1991	2000	Variação (em anos)
Santo Expedito	68,82321030	76,29978434	7,48
Alfredo Marcondes	71,89024132	76,19370269	4,30
Caiabu	71,89024132	76,13709173	4,25
João Ramalho	70,72775466	74,78448478	4,06
Narandiba	71,89024132	74,06372505	2,17
Sandovalina	71,89024132	73,95739177	2,07
Rosana	67,65290817	73,58473049	5,93
Presidente Prudente	70,97924482	73,57736601	2,60
Santo Anastácio	68,29651330	73,57736601	5,28
Presidente Bernardes	64,78013795	73,32089626	8,54
Presidente Venceslau	71,24704321	73,32089626	2,07
Rancharia	71,25755353	73,32089626	2,06
Regente Feijó	68,92094358	73,32089626	4,40
Tarabai	66,59513104	73,22695368	6,63
Indiana	65,21440763	72,18561851	6,97
Taciba	65,10947274	72,18561851	7,08
Estrela do Norte	64,14493210	72,03856971	7,89
Anhumas	69,37856503	71,97698941	2,60
Euclides da Cunha Paulista	69,47932053	71,97698941	2,50
Ribeirão dos Índios	70,13853085	71,97698941	1,84
Álvares Machado	70,10265288	70,78115264	0,68
Pirapozinho	68,11475413	70,78115264	2,67
Emilianópolis	66,59513104	69,36056584	2,77
Piquerobi	68,19857335	69,36056584	1,16
Teodoro Sampaio	63,52861782	69,36056584	5,83
Marabá Paulista	62,54699772	68,71288997	6,17
Martinópolis	64,23625602	68,71288997	4,48
Mirante do Paranapanema	61,16765464	68,71288997	7,55
Presidente Epitácio	61,90626390	68,13400929	6,23
Caiuá	57,88741820	65,40881962	7,52

Fonte: IPEA/Fundação João Pinheiro/PNUD (2002).
Organizado pela autora.

Em termos de evolução, então, Presidente Bernardes novamente se destaca uma vez que apresentou uma evolução de 8,54 anos na esperança de vida da população entre 1991 e 2000, seguido de Estrela do Norte (7,89 anos), Mirante do Paranapanema (7,55 anos) e Caiuá (7,52 anos). Do total dos municípios analisados, 13 deles apresentaram uma evolução da esperança de vida acima de 5,00 anos, 14 entre 2,00 e 4,99 anos, com Presidente Prudente enquadrando-se nesta faixa, com uma evolução da esperança de vida de 2,60 anos. Finalmente, somente 3 municípios enquadraram-se com evolução entre 0,00 e 1,99 anos: Ribeirão dos Índios (1,84), Piquerobi (1,16) e Álvares Machado

(0,68 anos), este último apresentando a menor evolução em termos de esperança de vida da população no quadro microrregional.

3.1.3 O Indicador Educação (IE) local

O Indicador Educação (IE) é o único para o qual é utilizado na sua formação dois indicadores parciais, a Taxa de Alfabetização entre Adultos (TAA) com peso de 2/3 e a Taxa Combinada de Matrícula (TCM) com peso de 1/3¹⁸.

Os dados do IE dos municípios da microrregião de Presidente Prudente para os anos em análise estão expostos na Tabela 21.

TABELA 21 – Indicador Educação (IE) dos municípios da Microrregião de Presidente Prudente: 1991 e 2000

Municípios	1991	2000	Evolução
Presidente Prudente	0,8555588195	0,9240053134	0,0684464939
Rosana	0,8496165954	0,9111717276	0,0615551323
Presidente Venceslau	0,8465446801	0,8932826055	0,0467379253
Indiana	0,7929176078	0,8822235048	0,0893058971
Santo Anastácio	0,7957109398	0,8653256736	0,0696147337
Regente Feijó	0,7842129766	0,8650198232	0,0808068466
Presidente Bernardes	0,6737947519	0,8648181587	0,1910234068
Pirapozinho	0,7684736399	0,8645154253	0,0960417855
Presidente Epitácio	0,8003397131	0,8599188553	0,0595791422
Rancharia	0,7988237064	0,8590718951	0,0602481887
Alfredo Marcondes	0,7663177381	0,8582742328	0,0919564947
Álvares Machado	0,7909832053	0,8548105184	0,0638273131
Sandovalina	0,7143448328	0,8465501252	0,1322052924
Tarabai	0,7443783338	0,8462401181	0,1018617843
Ribeirão dos Índios	0,7379210123	0,8446150666	0,1066940543
Taciba	0,7323992973	0,8423109081	0,1099116108
Martinópolis	0,7777146642	0,8391936355	0,0614789713
Caiabu	0,7283610092	0,8391879469	0,1108269377
Teodoro Sampaio	0,6233906950	0,8363945236	0,2130038286
João Ramalho	0,7441001255	0,8343556307	0,0902555052
Santo Expedito	0,7637776066	0,8322010729	0,0684234663
Narandiba	0,7481273770	0,8303456282	0,0822182512
Piquerobi	0,7359952078	0,8289540773	0,0929588694
Anhumas	0,7546755744	0,8288953535	0,0742197791
Caiuá	0,7321840839	0,8285499136	0,0963658297
Euclides da Cunha Paulista	0,7303443660	0,8268453592	0,0965009932
Estrela do Norte	0,7342019501	0,8244703944	0,0902684443
Mirante do Paranapanema	0,7654386746	0,8241794830	0,0587408084
Marabá Paulista	0,7138541922	0,8199996283	0,1061454362
Emilianópolis	0,7346038806	0,8161001759	0,0814962953

Fonte: IPEA/Fundação João Pinheiro/PNUD (2002).
Organizado pela autora.

¹⁸ Mais detalhes ver seção 1.2.4 da presente pesquisa.

No Indicador Educação (IE), como detalha a Tabela 21, Presidente Prudente lidera o *ranking* com 0,92400, seguido de Rosana e Presidente Venceslau (0,91117 e 0,89328, respectivamente). Emilianópolis foi o município que apresentou o menor IE dentro da microrregião, embora, em termos de evolução no período (1991-2000) este último município tenha apresentado um melhor desempenho que os primeiros colocados (evolução de 0,08149). Assim, os municípios mais bem posicionados em termos de IE não se destacaram em termos de evolução deste indicador se comparados com aqueles que mais evoluíram entre os anos de 1991-2000, uma vez que Presidente Venceslau (3° do *ranking* do IE) é o último colocado em termos de evolução do IE no período analisado apresentando um aumento de apenas 0,04673. Igualmente, Rosana (2° do *ranking* do IE) ocupava apenas a 25ª no *ranking* da evolução do IE em 2000, com aumento de apenas 0,06155. Finalmente, Presidente Prudente (1° do *ranking* do IE) teve apenas a 22ª evolução no *ranking* do IE, com aumento do indicador de apenas 0,06844. Os municípios que apresentaram maior evolução no IE do período 1991-2000 foram: Teodoro Sampaio (0,21300), Presidente Bernardes (0,19102) e Sandovalina (0,13220).

Como o Indicador Educação (IE) é calculado tendo como base dois indicadores parciais, mostrou-se interessante expor os dados relativos a esses indicadores para todos os municípios analisados a fim de verificar qual deles foi o maior responsável pelas mudanças no IE das localidades. Esses dados encontram-se apresentados nas Tabelas 23 24 a seguir.

Os municípios que apresentaram a melhor TCM em 2000 foram: Estrela do Norte (90,19), Rosana (89,73) e Presidente Prudente (89,58). Em termos de evolução esses municípios ocuparam, respectivamente, a 2ª, 21ª e 18ª posições. Já os municípios de Presidente Epitácio (77,95), Teodoro Sampaio (77,58) e Martinópolis (76,98) possuem a menor TCM dentro da microrregião. Dois destes municípios, Presidente Epitácio e Martinópolis, apresentaram também os níveis mais baixos em termos de evolução no período, 5,59 e 7,32 respectivamente, sendo que Presidente Bernardes apresentou a maior evolução da TCM entre 1991-2000 (30,92).

Quatorze municípios apresentaram evolução acima de 15,1 pontos percentuais no período. Dos municípios que mais se destacaram somente Estrela do Norte pertence a este grupo. Oito municípios apresentaram evolução entre 10,1 e 15 pontos percentuais, Rosana (10,23) e Presidente Prudente (12,51)

fazem parte deste agrupamento. Também, oito municípios apresentaram evolução abaixo de 10 pontos percentuais.

TABELA 22 – Indicador parcial (taxa bruta de freqüência escolar ou taxa combinada de matrícula – TCM) para o índice de educação dos municípios da Microrregião de Presidente Prudente: 1991 e 2000 (em % do total)

Municípios	1991	2000	Varição (em pontos percentuais)
Estrela do Norte	67,31	90,19	22,88
Rosana	79,51	89,73	10,23
Presidente Prudente	77,07	89,58	12,51
Presidente Venceslau	80,87	87,43	6,56
Indiana	69,68	86,31	16,63
Ribeirão dos Índios	68,72	84,84	16,12
Taciba	64,25	84,50	20,25
Caiabu	66,40	84,48	18,08
Euclides da Cunha Paulista	67,57	83,49	15,93
Caiuá	66,22	81,88	15,66
Presidente Bernardes	50,78	81,71	30,92
Regente Feijó	70,11	81,54	11,44
Sandovalina	67,76	81,53	13,77
Emilianópolis	62,60	81,15	18,55
Pirapozinho	65,06	81,10	16,04
Santo Expedito	70,74	80,73	9,99
Mirante do Paranapanema	73,02	80,66	7,64
João Ramalho	65,48	80,58	15,10
Santo Anastácio	71,02	80,44	9,42
Narandiba	64,79	80,37	15,59
Tarabai	64,52	80,07	15,55
Alfredo Marcondes	69,71	79,88	10,17
Piquerobi	62,77	79,71	16,94
Álvares Machado	70,25	79,25	8,99
Marabá Paulista	64,22	78,97	14,75
Anhumas	68,07	78,68	10,62
Rancharia	70,36	78,38	8,02
Presidente Epitácio	72,36	77,95	5,59
Teodoro Sampaio	64,39	77,58	13,19
Martinópolis	69,66	76,98	7,32

Fonte: IPEA/Fundação João Pinheiro/PNUD (2002).
Organizado pela autora.

Concluindo a análise do Indicador Educação, seguem na Tabela 23 a seguir os dados referentes a indicador parcial que compõe o IE, a Taxa de Alfabetização entre Adultos (TAA).

Com relação à TAA, Presidente Prudente liderava o *ranking* referente a este indicador em 2000, com 93,81, seguido de Rosana (91,81) e Presidente Venceslau (90,28). Estes, em termos de evolução, pertencem ao grupo que

menos evoluiu no período (abaixo de 4,99 p.p.). A grande maioria dos municípios apresentou evolução da TAA entre 5 e 10 p.p.

TABELA 23 – Indicador parcial (Taxa de alfabetização entre adultos – TAA) para o índice de educação dos municípios da Microrregião de Presidente Prudente: 1991 e 2000 (em % do total)

Municípios	1991	2000	Variação (em pontos percentuais)
Presidente Prudente	89,80	93,81	4,01
Rosana	87,69	91,81	4,12
Presidente Venceslau	86,55	90,28	3,73
Presidente Epitácio	83,87	90,01	6,14
Rancharia	84,64	89,67	5,03
Santo Anastácio	83,85	89,58	5,73
Indiana	84,10	89,18	5,08
Pirapozinho	82,74	89,13	6,39
Regente Feijó	82,58	88,98	6,40
Presidente Bernardes	75,68	88,87	13,19
Alfredo Marcondes	80,09	88,80	8,71
Álvares Machado	83,52	88,60	5,08
Martinópolis	81,83	87,39	5,56
Tarabai	79,40	86,90	7,51
Teodoro Sampaio	61,31	86,67	25,36
Sandovalina	73,27	86,22	12,94
Anhumas	79,17	84,99	5,83
João Ramalho	78,88	84,86	5,99
Piquerobi	79,01	84,49	5,47
Santo Expedito	79,20	84,46	5,27
Narandiba	79,83	84,37	4,54
Ribeirão dos Índios	76,33	84,27	7,94
Taciba	77,74	84,10	6,36
Caiabu	76,05	83,64	7,58
Marabá Paulista	74,97	83,51	8,54
Caiuá	76,72	83,34	6,63
Mirante do Paranapanema	78,31	83,30	4,99
Euclides da Cunha Paulista	75,77	82,28	6,51
Emilianópolis	78,89	81,84	2,95
Estrela do Norte	76,48	78,57	2,10

Fonte: IPEA/Fundação João Pinheiro/PNUD (2002).
Organizado pela autora.

Teodoro Sampaio destacou-se em termos de evolução, apresentando crescimento da TAA da ordem de 25,36 p.p., em 1991 a sua TAA era a mais baixa 61,31 de todas dentre os municípios da microrregião, e em 2000 passou para a 15ª posição, com a TAA de 86,67.

Emilianópolis (81,84) e Estrela do Norte (78,57) possuíam a menor TAA em 2000 e também os menores índices de evolução no período, 2,95 p.p. e 2,10 p.p., respectivamente.

Comparando-se os dados das Tabelas 23 e 24, percebe-se que o *ranking* dos municípios difere bastante quanto ao posicionamento dos municípios, exceto nos casos de Rosana e João Ramalho que apresentaram-se na mesma colocação nos indicadores mencionados (TCM e TAA). O município de Estrela do Norte ocupava o 1º lugar em TCM e 30º na TAA, enquanto Teodoro Sampaio ocupava a 29º posição na TCM e 15º na TAA, o mesmo ocorrendo com Rancharia ocupando a 27ª posição no indicador TCM e 5º TAA. Presidente Prudente ocupava a 3ª posição na TCM e 1ª posição na TAA.

Assim, considerando-se a evolução dos indicadores do IDH dos municípios analisados nos anos 1991-2000, de forma geral é possível avaliar uma melhora nos indicadores de todos os municípios avaliados, diferindo entre eles quanto a uma maior ou menor evolução com relação aos 3 indicadores que formam o IDH.

Considerando-se especificamente o caso de Presidente Prudente, com base nos dados da Tabela 24, é possível denotar que o IE do município foi o que apresentou a maior evolução entre os anos estudados (0,068446), seguido do IR (0,047793) e do IL (0,043302). Assim, torna-se possível verificar que o IE de Presidente Prudente, que correspondia a 0,924005 em 2000, foi o que proporcionou o maior peso para a determinação do IDH do município neste ano, ou seja, o que mais colaborou com a manutenção do município na condição de desenvolvimento humano elevado.

TABELA 24 – Evolução dos indicadores parciais e do IDH de Presidente Prudente: 1991-2000

Indicadores	1991	2000	Evolução
IR	0,756377	0,804169	0,047793
IL	0,766321	0,809623	0,043302
IE	0,855559	0,924005	0,068446
IDH	0,792752	0,845932	0,053180

Fonte: PNUD (2002).
Organizado pela autora.

Entretanto, é preciso que se considere que este indicador de educação estritamente aborda somente questões relativamente quantitativas, ou seja,

quantidade de pessoas em relação ao total¹⁹ que são alfabetizadas ou matriculadas em escolas, não refletindo, dessa forma, informações de cunho mais qualitativo, uma questão delicada quando se atenta para a qualidade de ensino no Brasil ou mesmo no município. Vale ressaltar ainda que no nível nacional, o IE também foi o índice que mais tem aproximado o país da meta estabelecida pelo PNUD e, por conseqüência tem sido nos últimos anos o indicador de maior peso na determinação do IDH do Brasil²⁰.

Ainda com relação a Presidente Prudente, o IL que apresentou evolução de 0,043302 entre os anos analisados, foi o indicador que apresentou a menor evolução entre os três indicadores do município prudentino, porém, ocupou a 2ª posição em relação ao peso para a determinação do IDH municipal de 2000, com 0,809623. Com relação ao indicador de esperança de vida no município no ano de 2000, o mesmo apontava para uma expectativa de vida de 73,57 anos, bem acima da esperança de vida estimada para o Brasil, que no mesmo ano era de 67,7 anos²¹. Como mencionado anteriormente²², este dado revela que o indicador longevidade do município, como também o do Brasil, ainda têm muito a melhorar mesmo diante de sua evolução recente, uma vez que a esperança de vida desejável estabelecida pelo PNUD é de 85 anos.

Finalmente, com relação ao IR de Presidente Prudente, o mesmo apresentou-se como a 2ª maior evolução em relação aos demais indicadores que formaram o IDH do município entre 1991-2000, com 0,47793. Porém, igualmente à análise do Brasil, para o caso de Presidente Prudente ele foi o indicador que representou o menor peso na determinação do IDH do município em 2000, com 0,804169. Como já mencionado, o IR não considera especificamente nenhum ponderador relativo ao nível de concentração de renda para a formação dos dados, sendo assim, a metodologia de cálculo utilizada a partir de 1999, se conseguiu minimizar a influência deste indicador na obtenção do IDH, ainda carece de um aperfeiçoamento metodológico que considere tal impropriedade a fim poder tornar o IR um indicador que reflita o mais próximo possível a realidade das economias avaliadas. Para o caso específico de Presidente Prudente pode chegar a esta avaliação relativamente “distorcida”. Relativamente porque, mesmo

¹⁹ Dentro dos critérios específicos de cada índice parcial que o compõe. Mais detalhes ver capítulo 1 da presente pesquisa.

²⁰ Maiores detalhes, ver seção 1.3.

²¹ Conforme o RDH 2002.

²² Ver seção 3.1.2.

que o IR prudentino tenha sido o que menos pesou na formação do seu IDH, os dados analisados anteriormente sobre a evolução da economia local, mesmo que não estando contextualizada para o mesmo período dos dados do IDH municipal disponibilizados pelo PNUD, destoam da condição recente da economia conforme apresentada anteriormente. Assim, tem-se, especificamente quanto a isso, uma economia em processo de retração da atividade produtiva e com dinamismo econômico bastante arrefecido e um IR e um indicador de renda *per capita* que sugerem que a condição de apropriação de renda neste município melhorou.

4 CONCLUSÃO

Ao longo da presente pesquisa buscou-se evidenciar, ainda que exploratoriamente, nuances acerca da condição econômica e humana do Brasil e, principalmente, do município de Presidente Prudente e de sua microrregião geográfica a partir do contexto do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU.

Nesse sentido, a análise do estudo iniciou-se com uma apresentação sintética de contextos sobre crescimento e desenvolvimento econômico buscando evidenciar as diferenças existentes entre essas duas caracterizações e, posteriormente, chocá-las com uma nova amplitude analítica da questão do desenvolvimento econômico que emergiu na discussão mundial a partir da criação do IDH da ONU no início dos anos 1990.

Essa nova roupagem analítica da noção de desenvolvimento passou a considerar não mais apenas temáticas eminentemente materiais como sempre se fez quanto à questão do crescimento e desenvolvimento econômico ao longo da história. Assim, a questão do desenvolvimento humano no bojo do IDH passou a considerar, além da questão riqueza, através do indicador renda per capita (IR), noções eminentemente humanas, como a longevidade (indicador esperança de vida – IL) e a educação (indicador educação – IE) que, juntos, são as variáveis “explicativas” a definirem o nível de desenvolvimento humano de uma nação, região e/ou localidade. Essas foram as temáticas reunidas ao longo das discussões do Capítulo 1 da presente pesquisa.

Posteriormente, no Capítulo 2, como forma de caracterização do principal objeto de estudo neste trabalho, foi apresentado um relato histórico acerca da formação econômica do município de Presidente Prudente em cujo contexto constatou-se que, inicialmente, a economia local dependeu basicamente das atividades agrícolas e, posteriormente à “migração” do centro da geração de riqueza para a área urbana, a indústria passou a se destacar como força produtiva econômica e que, apesar de ser considerada como atividade relevante, não conseguiu estabelecer-se como a principal força econômica local, sendo superada ao longo dos anos pelas atividades atualmente predominantes do setor terciário (comércio e serviços) e do setor agropecuário, onde predomina a pecuária de corte. Mesmo assim, essas atividades econômicas predominantes

como “força econômica” local, por sua vez, não têm conseguido proporcionar dinamismo econômico ao município nos últimos anos como demonstraram as evidências levantadas a partir dos indicadores econômicos selecionados, como o Valor Adicionado (VA), o Índice de Participação dos Municípios na Arrecadação do ICMS (IPM), o PIB e o PIB per capita. Os indicadores demonstraram uma situação de retração e baixo dinamismo econômico local, fato este preocupante e que merece destaque, uma vez que, quando o município prudentino foi excluído da base de dados, por exemplo, do VA e do IPM da microrregião, a mesma se apresenta melhor com relação aos indicadores globais da microrregião com Presidente Prudente, reforçando que o município apresenta uma situação econômica pior que a microrregião, o que contrasta com a noção de “riqueza” e “pujança” atribuídas ao município pelo fato de o mesmo possuir o maior PIB da região e, por isso, ser considerado como o município “mais rico” e “mais forte” da localidade o que, de certa forma, alude à uma falsa situação da realidade econômica local.

Entretanto, posteriormente quando se guiou a análise à questão do desenvolvimento humano, considerando-se o IDH, o cenário apresentado a partir dos dados relativos ao município foi outro.

Com relação aos dados nacionais e do Estado de São Paulo, o município de Presidente Prudente destacou-se com relação ao seu IDH, ficando na 30ª posição em 1991 e 47ª em 2000 com relação aos municípios do Brasil, estando na 16ª posição em 1991 e passando para a 14ª em 2000 com relação aos municípios paulistas. Quanto à análise microrregional, em todos os indicadores considerados, renda, longevidade e educação, o município de Presidente Prudente destaca-se em relação à microrregião, posicionando-se em 1º lugar no *ranking* geral do IDH microrregional, assim como se destacou também com relação aos indicadores parciais do IDH: (i) 1º lugar no IR e em seu indicador parcial, renda per capita; (ii) 8º lugar no IL e 8º no seu indicador parcial, a esperança de vida ao nascer e, finalmente; (iii) 1º lugar no IE, ocupando o 3º lugar em relação à TCM e o 1º lugar com relação à TAA. Dentro deste contexto, Presidente Prudente é caracterizado por possuir um ótimo desempenho no quesito de desenvolvimento humano.

Analisando-se cada indicador separadamente, concluiu-se que o IE do município foi o maior responsável pelo resultado geral do seu IDH. Entretanto, vale ressaltar novamente que este indicador “avalia” somente as questões

quantitativas referentes à parcela da população que estuda, não revelando, de fato, a verdadeira condição do município no que tange à qualidade da educação, que não é considerada como variável qualitativa no cálculo do IE. No Relatório de Desenvolvimento Humano de 2001, o PNUD apontou a educação como a base para o acompanhamento da criatividade tecnológica e que, não bastaria aumentar apenas a taxa de escolaridade, mas principalmente seria fundamental melhorar a qualidade desta educação, de tal forma que ela seja direcionada para a necessidade da capacitação e não apenas de oferta de educação à população. Assim, o grande desafio para a educação seria propiciar o aprendizado contínuo, para atender a essas necessidades gerais da sociedade e não apenas que ela encontre-se matriculada nas escolas.

Quanto ao IL do município de Presidente Prudente, verificou-se que ele ainda está distante do patamar desejável como máximo pelo PNUD, uma vez que a esperança de vida ao nascer considerada como máxima ideal seria a de 85 anos, estando o município a apresentar para o ano de 2000 o patamar de 73,57 anos, demonstrando, assim, que muitas políticas ainda devem ser implementadas para aproximar este indicador de um patamar desejável.

Considerando-se o IR, indicador que também se detém à quantidade de riqueza por habitante, a análise de seu resultado remete a uma questão emergente e aberta à discussão, relativa à sua metodologia de estimação, uma vez que a mesma ainda não considera o nível de concentração de renda existente nas localidades analisadas e, por isso, seria questionável a posição do município como o 1º colocado no IR microrregional e o município com a maior renda per capita da localidade.

Diante de todas essas considerações, além das questões pontuais observadas referentes às necessidades de se aperfeiçoar a metodologia relativa aos indicadores de renda e educação do PNUD da ONU a fim de tornarem a leitura da realidade econômica, social e humana o mais próxima possível das realidades analisadas, a questão forte que emerge dessa discussão está exatamente vinculada à análise do caso prudentino: um município que, economicamente, vem apresentando recentemente um quadro preocupante relativo aos seus caracteres econômicos de retração de crescimento e de baixo dinamismo e que, ainda assim, pela ótica do IDH, apresenta-se numa condição bastante confortável. Logo, a realidade dos dados eminentemente econômicos de Presidente Prudente, embora esparsos e carentes de melhor refinamento, destoa

da dos indicadores humanos locais, levando possivelmente a uma noção bastante imprópria da realidade econômica e, mesmo, social e humana desta localidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. L.; CARVALHO, R. Q. **Educação e desenvolvimento econômico: uma questão recolocada.** Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho. III Congresso Latinoamericano de Sociologia Del Trabajo Buenos Aires – 17 al 23 de mayo Del 2000. Disponível em: <http://www.tempodeaprender.com.br/redes/artigos/art_artigos_visualizar.asp?artigo_id=45>. Acesso em: 05 jan. 2005.

BERTOLLI, S. **Poder local e desenvolvimento em Presidente Prudente/SP.** 1999. 105f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Instituição Toledo de Ensino. Presidente Prudente, 1999.

CARVALHO, J. L. **O processo educacional, o desenvolvimento humano e a escola.** [s.l.]: [s.d.]. Mimeografado.

CASTRO, J. M. de. **Desigualdade, pobreza e a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Brasil a partir da década de 60.** 1999. 107f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1999.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

DUNDES, A. C. **O processo de (des)industrialização e o discurso desenvolvimentista em Presidente Prudente-SP.** 1998. 288f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 1998.

GODOY, A. M. G.; RUFATO, D. A.; FERREIRA, F. A. P.; BERTOLLI, S. Índice de Desenvolvimento Humano Ampliado para as Unidades da Federação do Brasil (1996). **Economia em Revista**, Maringá, v. 8, n. 1-2, jan./dez. 2000, p. 69-89.

HAQ, M. U. **O paradigma de desenvolvimento humano.** [s.l.]: [s.d.]. Mimeografado.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). **Produto Interno Bruto a preço de mercado e Produto Interno Bruto per capita segundo as Grandes Regiões, Unidades da Federação e município: 1999-2002.** Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2002/> Acesso em: 09 maio 2005

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). **Atlas do desenvolvimento humano.** Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em: 10 maio 2002.

_____. **Novo atlas do desenvolvimento humano no Brasil é lançado.** Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em: 27 maio 2005.

JAHAN, S. **Medindo o desenvolvimento humano: evolução do índice de desenvolvimento humano.** Disponível: <http://hdr.undp.org/docs/training/oxford/readings/Jahan_HDI.pdf> Acesso em: 12 jan. 2005.

JESUS, F. de. **Análise de perspectiva econômica conjuntural em Presidente Prudente**: uma descrição do perfil econômico local a partir de um estudo das principais empresas contribuintes do ICMS. 2003. 65f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”. Presidente Prudente, 2003.

LOVATELLI, C. **Apoio à educação e desenvolvimento do país**. Disponível em: <http://www.tempodeaprender.com.br/redes/artigos/art_artigos_visualizar.asp?artigo_id=79>. Acesso em: 09 maio 2005.

PIZZI, J. **O desenvolvimento e suas exigências morais**. Disponível em: <<http://www.google.com/search?q=cache:jcqmBnyWF5EJ:www.ucpel.tche.br/filosofia/vol1/desenvolvimento.pdf+educa%C3%A7%C3%A3o+e+desenvolvimento+humano&hl=pt-BR>>. Acesso em: 07 jan. 2005.

PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano (1994)**. Lisboa: Trinova, 1994.

_____. **Relatório do desenvolvimento humano (1995)**. Lisboa: Trinova, 1995.

_____. **Relatório do desenvolvimento humano no Brasil (1996)**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2000.

_____. **Relatório do desenvolvimento humano (1997)**. Lisboa: Trinova, 1997.

_____. **Relatório do desenvolvimento humano (1998)**. Lisboa: Trinova, 1998.

_____. **Relatório do desenvolvimento humano (1999)**. Lisboa: Trinova, 1999.

_____. **Relatório do desenvolvimento humano (2000)**. Lisboa: Trinova, 2000.

_____. **Relatório do desenvolvimento humano (2001)**. Lisboa: Trinova, 2001.

_____. **Relatório do desenvolvimento humano (2002)**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/>>. Acesso em: 18 set. 2005.

_____. **Relatório do desenvolvimento humano (2003)**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/>>. Acesso em: 18 set. 2005.

_____. **Relatório do desenvolvimento humano (2004)**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/>>. Acesso em: 18 set. 2005.

_____. **Relatório do desenvolvimento humano (2005)**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/>>. Acesso em: 18 set. 2005.

PUNGS, R. **A aplicação de indicadores de desenvolvimento humano na elaboração de políticas públicas**: a variável educação (um caso brasileiro).

Disponível em:

<<http://informatica.unesco.org.uy/espejos/www.inegi.gob.mx/informatica/espanol/simposio99/PDF/REINER2.PDF/>>. Acesso em: 10 jan. 2005

RODRIGUES, N. Educação: da formação humana à construção do sujeito ético. **Revista Educação & Sociedade**, São Paulo, ano XXII, n. 76, p. 232-257, out 2001.

ROMÃO, M. C. Uma proposta de extensão do “Índice de Desenvolvimento Humano” das Nações Unidas. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 13, n. 4(52), p. 97-111, out-dez. 1993.

RUFATO, D. A. **Escolaridade e produtividade dos países: 1970-1990**. 1999. 113f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 1999.

SEN, A. Entrevista. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v.16, p.129-139, jun. 2001.

SOMBRA, C. F. **A estrada do futuro – educação: o melhor investimento**.

Disponível em:

<http://www.tempodeaprender.com.br/redes/artigos/art_artigos_visualizar.asp?artigo_id=42>. Acesso em: 09 maio 2005.

TENANI, P. **Human capital and growth (Resumo)**. Disponível em:

<http://universia.com.br/portada/actualidade/noticia_actualidade.jsp?noticia=54701/>. Acesso em: 23 mar. 2005.

VILLELA, M. **A educação é a solução**. Disponível em: <<http://www.avertut.com/>> Acesso em: 15 abr. 2005.

YOON, T. D.; SOUZA, N. de J. de. Uma análise empírica sobre os fatores de desenvolvimento econômico da Coreia do Sul: 1961-1990. **Revista Estudos Econômicos**, v. 31, n. 2, p. 359-367, 2001.